



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS
- REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DAS LAGOSTAS (CPG
LAGOSTA)

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

Brasília/DF, 03 e 04 de abril de 2025

1. ABERTURA

Nos dias 03 e 04 de abril de 2025, às 9h00 (horário de Brasília), realizou-se a 5ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Lagosta (CPG Lagosta), no âmbito da Rede Nacional Colaborativa Para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros – Rede Pesca Brasil. A sessão foi iniciada pela Coordenadora do CPG Lagosta, a Sra. Adayse Bossolani atualmente Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha na Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), e contou com o apoio da secretaria-executiva do CPG Lagosta, composta por Edilene Pinheiro Ferreira e Rafael Fernandes Carneiro, ambos lotados na Secretaria de Pesca Artesanal.

O evento ocorreu na sede do Ministério da Pesca e Aquicultura na cidade de Brasília/DF, com transmissão online por meio da Plataforma Teams. A reunião contou com a participação presencial e virtual de representantes do setor, órgãos federais e sociedade civil.

Após a verificação do quórum, a Coordenadora Adayse Bossolani cumprimentou a plenária, agradecendo a presença de todos e dando início formal à 5ª Sessão Ordinária do CPG Lagosta. Em seguida, solicitou a apresentação de todos os participantes.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 5ª Sessão Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

Coordenação do CPG Lagosta

Adayse Bossolani da Guarda (Secretaria-Executiva)
Edilene Pinheiro Ferreira (equipe de apoio)
Rafaela Maria Serra de Brito (equipe de apoio)

Grupo Técnico-Científico das Lagostas – GTC Lagosta

Senhor Raul Cruz Izquierdo
Senhora Nádia Ortolan da Vitória
Senhor Marcelo Francisco de Nóbrega
Senhor Marcelo Lacerda Teixeira de Souza

Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA

Senhor Cristiano Quaresma de Paula (SNPA)
Senhora Sandra Silvestre de Souza (SNPI)
Senhora Suzana Sales Ribeiro (SERMOP)
Senhora Rafaela Passarone (SERMOP)
Senhora Liane Marli Silva de Araújo (SERMOP)

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

Senhor Antônio Lezama
Senhor Roberto Gallucci

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Senhor Rothier Siqueira

Associação Brasileira das Indústrias de Pescados - ABIPESCA

Senhora Laís Belsito Pestana
Senhor Jairo Gund

Associação Brasileira de Engenharia de Pesca - ABEP

Senhor Jones Santander Neto

Associação dos armadores de Barcos de Pesca do Ceará - QUALIPESC

Senhor Bell Neves

Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável no Brasil - CEDEPESCA Brasil

Senhora Rochelle Cruz de Araujo Bezerra Vidigal
Senhor Geny Gil Sá

Colônia de Pescadores Z-17

Senhor Francisco Hélio dos Santos

Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – CONEPE

Senhor Carlos Eduardo Villaça

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros - CONFREM BRASIL

Senhor José Alberto de Lima Ribeiro

Confederação dos Sindicatos dos Pescadores Artesanais do Brasil – CBPA

Senhor Lindomar Lima

Senhor Jonh Early (fumacinha)

Cooperativa Mista de Pesca e Aquicultura da Região do Salgado - COOMPESCAR

Senhor Manoel Fernandes Ribeiro Junior

Senhora Tanyse Gomes da Silva

Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP/BR

Senhor Marcelo Tubarão Augusto Bezerra

Federação das Colônias dos Pescadores Artesanais e Aquicultores do Estado do Ceará - FEPESCE

Senhor Pedro Oliveira dos Santos

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

Senhora Claudia Ramos Zaglaglia

Senhora Letícia Nascimento Vimeney

Senhora Bárbara Luciana da Conceição

OCEANA Brasil

Senhor Martin C. Dias

Pesca BR

Senhor Antônio Carlos Corrêa

Projeto Conservação Recifal – PCR

Senhor José Gabriel Ribeiro Ramos

Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará - SDA/CE

Senhor José Hamilton Gomes Júnior

Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará - SPA/CE

Senhor Luiz Vieira de França Neto

Senhora Maria Alexandre

Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará - SINPESCA

Senhor Gilvan de Paula Silva

Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais Marisqueiras Trabalhadores e Trabalhadoras da Pesca Artesanal do Município de Icapui – SINDIPAMI

Senhor Tobias Soares da Silva

Superintendência da Pesca e Aquicultura do Ceará – SFPA/CE

Senhor Felipe Augusto de Alencar Goyanna

Superintendência da Pesca e Aquicultura do Espírito Santo – SFPA/ES

Senhor Ravi Sales de Paula

Superintendência da Pesca e Aquicultura de Pernambuco – SFPA/PE

Senhora Clarissa Vilela Figueiredo da Silva Campos

Senhor Felipe Augusto de Alencar Goyanna

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Senhor Fúlvio Aurélio de Moraes Freire

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUITIDOS

3.1 APROVAÇÃO DA AGENDA

A Coordenadora Sra. Adayse Bossolani informou que a 5ª Sessão do CPG Lagosta seria conduzida conforme o seguinte sumário: 1 - Abertura; 2 - Apresentação dos Participantes; 3 - Aprovação da Agenda; 4 - Aprovação da Ata da 4ª Sessão Ordinária do CPG Lagostas; 5 – Devolutiva das Recomendações da 4ª Reunião Ordinária; 6 – Informes Gerais da Secretaria de Registro, Monitoramento e Pesquisa; 7 – Modelagem Espaço-Temporal das Abundâncias e Interações Oceanográficas das Lagostas; 8 – As Avaliações de Estoques das Lagostas Vermelha e Verde de 1991 até 2024; 9 - Avaliação do Recurso de Lagosta e Alternativas de Incremento do Período da Safra e Manutenção do Tamanho Mínimo Legal – Devolutivas das Recomendações REC 2/2024, REC 4/2024, REC 5/2024 e REC 9/2024; 10 - Discussão das Normas Gerais Vigentes para a Pescaria da Lagosta; 11 - Apresentação da Situação do Peixe Leão no Brasil; 12 – Informes GT Mergulho; 13 - Discussão sobre Licenciamento das Marambais; 14 – Outras Demandas Relacionadas à Pesca da Lagosta; 15 - Recomendações da 5ª Sessão Ordinária do CPG Lagosta; 15 - Definição da Data da 6ª Reunião Ordinária do CPG Lagosta.

3.2 DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CPG LAGOSTA

Em continuidade, a Coordenadora Adayse Bossolani lembrou as recomendações estabelecidas na 4ª Sessão Ordinária do CPG Lagosta, dando retorno dos seus cumprimentos e situação atual.

Iniciou pela Recomendação 1/2024, que propôs convidar um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para realizar uma

apresentação detalhada sobre a situação do peixe-leão no Brasil, abrangendo aspectos relacionados à sua distribuição geográfica, impactos ambientais e socioeconômicos, além de estratégias de manejo, controle da espécie invasora e oportunidades de comercialização. A Coordenadora informou, no entanto, que, apesar das tratativas em andamento, a confirmação oficial da participação do ICMBio ainda não havia sido recebida. Relatou que o último contato ativo com os representantes do Instituto havia ocorrido na semana anterior, e desde então não houve devolutiva. Diante disso, ponderou que ainda havia expectativa de confirmação até o final do dia, embora, caso isso não ocorra, possa haver uma alteração na programação da pauta do dia seguinte. Portanto, a recomendação permanece tecnicamente como não atendida até o momento da presente reunião, ficando pendente de confirmação posterior por parte do ICMBio.

Na sequência, abordou a Recomendação 2/2024, que solicitava ao Grupo Técnico-Científico (GTC) a análise sobre a viabilidade de ampliação do período da temporada de pesca da lagosta. Conforme relatado por Adayse, esta recomendação também foi considerada atendida, uma vez que o GTC realizou a análise dentro do prazo estipulado e encaminhou suas considerações técnicas ao colegiado.

Já a Recomendação 3/2024, que trata da possibilidade de antecipar a saída de embarcações à vela em um mês, desde que haja aprovação do mergulho como método de captura, permanece em aberto. A Coordenadora esclareceu que a medida está condicionada à entrega do relatório do Grupo de Trabalho sobre o Mergulho, cuja elaboração está em andamento, o que mantém a recomendação dentro do prazo acordado.

No que se refere à Recomendação 4/2024, que determinava ao GTC a convocação dos coordenadores dos projetos apresentados na 4ª reunião para uma reunião de alinhamento, Adayse informou que a ação ainda não foi executada, estando prevista para ocorrer nos dias que se prosseguem. O mesmo status foi atribuído à Recomendação 5/2024, que sugeria a realização de reuniões presenciais do GTC com o objetivo de fortalecer a articulação entre os membros, promover o intercâmbio de informações técnicas e científicas e acelerar os processos decisórios. Ambas as recomendações, embora não atendidas até o momento, permanecem no cronograma de execução da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.

A Recomendação 6/2024, por sua vez, previa a organização de um seminário institucional sobre Eólicas Offshore e Planos de Espaço Marinho (PEM), com foco nos impactos sobre a atividade pesqueira. Adayse esclareceu que o evento ainda não foi realizado, porém está em fase de alinhamento de discussão com a sociedade civil.

Complementarmente, no âmbito da Recomendação 7/2024, foi solicitado ao CONAPE que incluía o debate sobre o mesmo tema na pauta de sua próxima reunião. A Coordenadora informou que o pedido foi formalizado e o debate está ocorrendo.

Em relação à Recomendação 8/2024, que trata da consulta à Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA quanto à possibilidade de recebimento de lagosta inteira para processamento, conforme os critérios do Codex Alimentarius, a Coordenadora comunicou que a solicitação foi encaminhada dentro do prazo estabelecido (30 de janeiro), estando atualmente em fase de aguardada devolutiva por parte do MAPA. Sobre a Recomendação 9/2024, que solicitava ao GTC uma avaliação técnica referente à manutenção do tamanho mínimo de captura da lagosta em 13 cm para a safra de 2025, Adayse confirmou que seria pauta desta reunião e está sendo objeto de diversas discussões.

A Recomendação 10/2024, que orientava o envio da proposta de revisão do Plano de Gestão da Lagosta ao CPG e ao GTC para coleta de contribuições e posterior apreciação, também foi cumprida. Segundo a Coordenadora, os documentos foram encaminhados dentro do prazo previsto, permitindo as manifestações necessárias antes da nova deliberação.

Por fim, no tocante à Recomendação 11/2024, que sugeria a apresentação de proposta de adequação da Portaria nº 221/2021 — com o objetivo de unificar as normas de gestão da lagosta em um único ato normativo, sem alterações de mérito —, Adayse afirmou que a medida está em andamento e que sua formalização será apresentada oportunamente, ainda no âmbito das próximas reuniões do colegiado.

Na ocasião, o Sr. Tobias (SINDIPAMI) solicitou a palavra e manifestou sua insatisfação quanto à ausência do tema sobre embarcações à vela nas pautas das reuniões subsequentes do Comitê. Ele lembrou que a questão havia sido formalmente encaminhada nas reuniões anteriores, tanto na de Natal quanto na realizada em Fortaleza, enfatizando que desde então a pauta da saída antecipada dos barcos à vela não vinha sendo considerada.

Em resposta, a Coordenadora Adayse Bossolani dirigiu-se ao Sr. Tobias (SINDIPAMI), confirmando sua presença na reunião e esclarecendo que a recomendação em questão — identificada como a Recomendação nº 3/2024 — de fato trata da possibilidade de autorizar a saída das embarcações à vela um mês antes do período regular, caso o mergulho seja aprovado. Explicou que essa medida está diretamente condicionada à conclusão dos trabalhos do GT Mergulho e, por isso, ainda não pode ser objeto de deliberação pelo Comitê.

3.3 INFORMES DO REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA

Dando sequência à pauta, a reunião teve continuidade com a apresentação dos informes da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP/MPA), conduzida pela Sra. Rafaela Passarone. A expositora iniciou sua fala contextualizando os presentes quanto ao esforço institucional voltado à regularização e monitoramento da frota lagosteira, com destaque para os números atualizados de registros e vistorias no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

Segundo os dados extraídos do Painel Unificado do MPA, até o momento, 2.952 embarcações estão registradas como voltadas à pesca da lagosta, sendo que 1.869 solicitações de vistoria foram formalizadas. Desse total, apenas 1.083 embarcações foram efetivamente vistoriadas, restando ainda **869** embarcações com vistoria pendente de execução. Rafaela destacou a importância da vistoria como pré-requisito fundamental para a regularidade da operação pesqueira e para o planejamento da gestão territorial da pesca.

Na sequência, a Sra. Rafaela apresentou a distribuição estadual das embarcações lagosteiras vistoriadas, detalhando os percentuais por Unidade da Federação. Ela pontuou que os estados da Paraíba (85%), Pernambuco (72%) e Espírito Santo (61%) se destacam com os maiores índices de vistorias realizadas. Em contrapartida, estados como o Ceará (31%), Rio Grande do Norte (30%), Bahia (22%) e Piauí (3%) apresentam baixos percentuais de cobertura. Alagoas e Pará não apresentaram dados disponíveis.

A coordenadora destacou que, embora o Ceará concentre a maior parte da frota (1.837 embarcações), a taxa de vistoria segue aquém do necessário, o que impõe um grande desafio de mobilização local e integração entre as Superintendências Federais da Pesca e Aquicultura (SFPAs) e os órgãos executores das vistorias.

Em seguida, Rafaela apresentou o Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca (PROPESC), instituído pelo Decreto nº 12.336, de 20 de dezembro de 2024, e regulamentado pela Portaria nº 397, de 26 de dezembro de 2024. Explicou que o PROPESC tem como finalidade a regularização das embarcações inscritas no RGP e cadastradas no Sistema Informatizado da Atividade Pesqueira (SisRGP), bem como a atualização das informações associadas. As ações prioritárias incluem a vistoria física das embarcações e seus petrechos, a capacitação dos responsáveis sobre normas de ordenamento e higiene, e a alimentação dos dados no sistema.

A expositora enfatizou a necessidade de engajamento dos proprietários para que solicitem a vistoria pública até o prazo estabelecido — 30 de abril de 2025 — ou, alternativamente, realizem vistoria privada até julho de 2027. Apontou, ainda, que o formulário para solicitação encontra-se disponível online, no portal oficial do MPA.

Prosseguindo, a apresentação abordou a previsão de revisão de normativas técnicas, com destaque para a Instrução Normativa nº 20/2014 (Mapa de Bordo) e a Instrução Normativa SEAP-PR/MMA/MD nº 2/2006 (Sistema PREPS). Rafaela ressaltou que ambas estão sendo analisadas pela equipe técnica da SERMOP, com consulta aberta ao setor produtivo e aos órgãos de pesquisa, de modo a assegurar atualizações compatíveis com as necessidades atuais da pesca da lagosta e demais recursos. Na sequência, explicou os dispositivos contidos na Portaria SAP/MAPA nº 221/2021, que determina a obrigatoriedade de rastreabilidade por satélite para embarcações motorizadas com 10 metros ou mais de comprimento, bem como o preenchimento e entrega dos Mapas de Bordo — documento técnico obrigatório para todas as embarcações que operam na captura da lagosta vermelha, verde ou pintada.

Rafaela também destacou a Portaria MPA nº 135/2023, que trata dos procedimentos complementares relativos aos Mapas de Bordo e ao cruzamento de dados com o sistema PREPS. Lembrou que o preenchimento correto do Mapa de Bordo é condição essencial para a rastreabilidade da produção e para a verificação do esforço de pesca por cruzeiro, independentemente da existência de captura. Reforçou que dúvidas e dificuldades podem ser sanadas por meio das reuniões técnicas promovidas periodicamente às terças e quintas-feiras por videoconferência, cujos links de acesso foram disponibilizados aos participantes.

Finalizando sua exposição, a representante da SERMOP destacou os canais de contato disponíveis para esclarecimentos sobre o PROPESC e demais ações sob responsabilidade da Secretaria. Foram disponibilizados os e-mails institucionais e os números de telefone e WhatsApp, reforçando o compromisso da Secretaria com a transparência, a assistência técnica aos usuários do sistema e o fortalecimento da governança da pesca nacional.

A apresentação foi bem recebida pelos membros do colegiado, que destacaram a importância dos dados compartilhados para subsidiar o processo decisório no âmbito do CPG Lagosta.

Diante das discussões, o Sr. José Alberto, representante da CONFREM Brasil, destacou a relevância dos avanços institucionais observados nos últimos anos no que se refere à regularização da frota pesqueira, especialmente no estado do Ceará. Ressaltou que, apesar do percentual ainda baixo de embarcações vistoriadas,

já existe um volume expressivo de agendamentos em andamento, com expectativa de atingir a meta de 100% de cobertura até o final do ano. Mencionou, ainda, a importância do entendimento construído nacionalmente sobre a não exigência imediata do Mapa de Bordo, especialmente diante das dificuldades operacionais enfrentadas pelo setor nos últimos anos. Enfatizou que os pescadores cearenses, por meio de suas organizações representativas, têm contribuído com o processo de mobilização em outros estados e incentivado o cumprimento das exigências do PROPESC. Por fim, manifestou otimismo quanto à continuidade dos avanços na gestão pesqueira, ressaltando a importância de sistemas estáveis e operacionais para garantir a regularização plena da atividade.

O professor Marcelo Tubarão (UFRN) compartilhou observações a partir de sua vivência nas atividades de campo, enfatizando a importância do contato direto com os pescadores e com a realidade das comunidades costeiras no contexto das vistorias. Destacou que, em diversos casos, foi possível identificar irregularidades não apenas por meio de registros fotográficos, mas principalmente a partir da convivência contínua com os trabalhadores da pesca, o que possibilita uma percepção mais fiel do que ocorre na prática, nas praias e no cotidiano da atividade. Mencionou que teve acesso a situações envolvendo embarcações que não pertenciam aos declarantes ou que apresentavam inconsistências nos dados declarados, reforçando a necessidade de um olhar técnico mais atento e contextualizado.

Tubarão ressaltou a importância da capacitação como ferramenta essencial para qualificar os processos de vistoria e valorizou a proposta de ampla divulgação sobre os procedimentos. Por fim, reiterou que é fundamental esclarecer aos pescadores que a vistoria pública é gratuita, sendo exigida apenas a apresentação da ART, conforme estabelece a regulamentação vigente.

Por sua vez, o Sr. Tobias (SINDIPAMI) solicitou que seja considerada a possibilidade de prorrogação do prazo para solicitação de vistorias públicas, atualmente previsto até o final de abril de 2025. Justificou o pedido com base nas dificuldades enfrentadas para organização e operacionalização das equipes técnicas responsáveis pelas vistorias, especialmente no estado do Ceará, onde o início das atividades foi tardio. Informou que apenas recentemente a Secretaria Estadual da Pesca disponibilizou engenheiros para realização das vistorias, sendo que, até então, poucas prefeituras haviam realizado ações efetivas nesse sentido. Destacou que os técnicos do Ministério da Pesca seguem um cronograma restrito, o que limita a abrangência das vistorias. Apontou, ainda, como exemplo, o caso do município de Icapuí-CE, onde foram entregues 101 licenças com validade de 10 anos, após um

longo período de espera. Segundo dados levantados pelo sindicato local, o processo de obtenção dessas licenças teria envolvido gastos elevados por parte dos pescadores, somando cerca de meio milhão de reais.

O Sr. Tobias concluiu alertando que esse tipo de situação desvirtua a finalidade institucional do Ministério da Pesca, que deve estar voltada ao fomento e apoio ao setor pesqueiro, e não à imposição de custos excessivos para os trabalhadores.

Em resposta, a Sra. Rafaela Passarone esclareceu que, em diversos estados, as Secretarias de Pesca estaduais têm atuado como parceiras do Ministério, disponibilizando engenheiros de pesca para a realização das vistorias públicas. Informou que, além dessas colaborações locais, as Superintendências Federais de Pesca também estão executando as vistorias em campo. Explicou que o cronograma previamente apresentado se refere especificamente às ações conduzidas por servidores do Ministério sediados em Brasília, que se deslocam aos estados para reforçar esse esforço. Por fim, destacou que, embora essa estrutura de apoio não esteja uniformemente distribuída em todos os estados, o envolvimento das gestões locais tem sido fundamental para o andamento do PROPESC, agradecendo aos representantes presentes pela colaboração e articulação junto às comunidades pesqueiras.

O Sr. Bell Neves, representante da Qualipesc, destacou a necessidade de rever as estratégias de coleta e gestão de dados pesqueiros, especialmente no que se refere à frota de pequeno e médio porte, que compõe grande parte do setor. Ressaltou que essa solicitação parte diretamente do segmento produtivo, que busca contribuir ativamente com o ordenamento pesqueiro e com a promoção da sustentabilidade. Pontuou que a participação do setor nas instâncias decisórias é fundamental, especialmente na definição de procedimentos que envolvam coleta, integração e compartilhamento de informações.

Ele ainda enfatizou que existe interesse concreto em trabalhar de forma articulada com os entes estaduais e federais, de maneira a garantir dados mais precisos e atualizados, inclusive por meio de sistemas automatizados como o Mapa de Bordo. Defendeu, por fim, que esse trabalho conjunto fortalece o papel do setor produtivo na governança da pesca e permite maior alinhamento entre a gestão pública e as realidades operacionais da cadeia.

Em contraponto, O Sr. Antônio Carlos, representante da PESCA BR, fez um alerta sobre os desafios operacionais e financeiros associados à execução das vistorias públicas previstas no PROPESC, especialmente para embarcações de

pequeno porte e à vela. Destacou que, embora se trate de um programa nacional e público, as vistorias não são isentas de custos, uma vez que implicam obrigatoriamente no pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), cuja taxa mínima, segundo informações obtidas junto ao CREA de Santa Catarina, gira em torno de R\$ 130,00.

Ele também apontou que esse valor pode ser ainda maior em estados do Norte e Nordeste, tornando-se um encargo significativo para os pescadores artesanais. Além disso, alertou para a limitação técnica de engenheiros vistoriadores vinculados ao CREA, que não podem emitir um número excessivo de ARTs em curto prazo, sob risco de questionamento pelo Conselho. Por fim, ressaltou a sobrecarga imposta a servidores públicos municipais que assumem a responsabilidade pelas vistorias sem qualquer contrapartida financeira ou adequação em sua carga de trabalho, o que, segundo ele, tem desmotivado muitos profissionais a colaborar com o processo.

3.4 AVALIAÇÃO DOS ESTOQUES DA LAGOSTA-VERMELHA (*Panulirus argus*) E DA LAGOSTA-VERDE (*Panulirus laevicauda*), NO GRANDE ECOSISTEMA MARINHO DA PLATAFORMA LESTE DO BRASIL

Na sequência da pauta, o professor Marcelo Francisco de Nóbrega, docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e integrante do Grupo Técnico-Científico do CPG Lagosta, apresentou os resultados atualizados da avaliação dos estoques da lagosta-vermelha (*Panulirus argus*) e da lagosta-verde (*Panulirus laevicauda*) no Grande Ecosistema Marinho da Plataforma Leste do Brasil, com dados consolidados até o ano de 2024. O professor destacou que o trabalho é resultado da colaboração entre pesquisadores da UFPE, do IBAMA e da Petrobras, além de contar com a participação de doutorandos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Oceanografia da UFPE. A análise tem como base um amplo conjunto de dados históricos provenientes do ESTATPESCA/IBAMA (1991 a 2010), do Programa de Monitoramento dos Desembarques Pesqueiros (PMDP/Petrobras, 2011 a 2024) e de registros do sistema Siscomex, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Segundo os dados apresentados, entre 1989 e 2024, foram exportadas aproximadamente 268.153 toneladas de lagosta, sendo 190.388 toneladas (71%) de lagosta-vermelha e 77.764 toneladas (29%) de lagosta-verde, com uma média anual de exportação de 7.662 toneladas. A produção foi concentrada principalmente nos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba,

Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. A equipe utilizou as séries históricas de desembarques e dados de esforço de pesca para aplicar modelos estatísticos de padronização da CPUE (Captura por Unidade de Esforço), visando minimizar os efeitos de variações no poder de pesca entre diferentes embarcações e artes utilizadas.

Os dados atualizados de 2024 indicam que, no Ceará, ocorreram cerca de 335.825 viagens de pesca para lagosta-vermelha, com uma produção total de 20.224 toneladas e uma média de 62,7 kg por viagem. Para a lagosta-verde, a produção no estado foi de 5.440 toneladas, com média de 16,2 kg por viagem. No Rio Grande do Norte, foram contabilizadas 168.782 viagens para a lagosta-vermelha (4.210 toneladas produzidas, média de 24,9 kg/viagem) e 1.981 toneladas de lagosta-verde (11,7 kg/viagem). Os modelos indicam que a lagosta-vermelha representa cerca de 79% das capturas no Ceará e 68% no Rio Grande do Norte, enquanto a lagosta-verde corresponde a 21% e 32%, respectivamente. A proporção estimada desses estados tem sido usada como base para extrapolação para as demais regiões, até que dados mais específicos sejam gerados por novos projetos, como o Projeto Carapaça.

Para avaliar o status dos estoques, foi utilizado o modelo CMSY++, um método bayesiano moderno que estima os pontos de referência da pesca, como rendimento máximo sustentável (MSY), biomassa sustentável (Bmsy) e taxa de mortalidade por pesca (Fmsy). Os dados indicaram que a lagosta-vermelha fechou o ano de 2024 com cerca de 4.393 toneladas capturadas, abaixo dos patamares registrados em décadas anteriores, o que reflete um padrão já conhecido, no qual a redução da captura está associada ao aumento da abundância estimada. A abundância relativa observada para os últimos anos (2023-2024) gira em torno de 15 kg/dia de barco, o que é interpretado como um sinal positivo de recuperação do estoque.

Em relação à lagosta-verde, o modelo revelou uma situação ainda mais favorável, com produção em 2024 estimada em 1.724 toneladas, abaixo da linha de referência de rendimento máximo sustentável, que se situa em aproximadamente 2.600 toneladas por ano. Desde 2010, o estoque da lagosta-verde apresenta sinais consistentes de recuperação, com biomassa e pressão de pesca dentro de limites sustentáveis.

O professor Marcelo destacou que a padronização da CPUE, o uso de modelos GLM (Modelos Lineares Generalizados) e a correção de variáveis associadas ao esforço de pesca têm sido fundamentais para gerar estimativas mais confiáveis, especialmente considerando a diversidade de embarcações e artes de pesca

utilizadas na captura da lagosta. Foram analisadas mais de 500 mil viagens de pesca ao longo do período estudado, com aplicação de métodos estatísticos robustos para corrigir ruídos decorrentes de diferenças tecnológicas e operacionais da frota.

Entre as considerações finais, o professor ressaltou que, com base nos dados e modelos atualizados até março de 2025, os estoques da lagosta-vermelha e verde se encontram em trajetória de recuperação, sendo este um dos momentos mais favoráveis das últimas décadas em termos de ordenamento pesqueiro. Destacou como avanço relevante o fato de o Brasil, pela primeira vez, ter operado em 2024 sob um sistema de cotas anuais de captura, com monitoramento praticamente em tempo real das exportações via site do MMA. A cota estabelecida em 2024 foi de 6.120 toneladas, tendo sido atingida com a exportação de 6.187 toneladas — número compatível com os limites sustentáveis.

Por fim, o professor recomendou que não sejam feitas alterações no atual regime de ordenamento, especialmente no tocante ao período de defeso e às cotas de captura. Também sugeriu a manutenção do tamanho mínimo da calda, embora tenha ponderado que essa discussão pode ser retomada em momento posterior. Ressaltou ainda a expectativa de que o Projeto Carapaça, apoiado pelo MPA, seja iniciado em breve, permitindo o aprimoramento da coleta de dados, a ampliação da área de estudo e a aplicação de novos modelos de avaliação de estoques, com apoio de universidades e instituições federais.

Após a apresentação do professor Marcelo Nóbrega sobre a avaliação dos estoques da lagosta, o professor Marcelo Tubarão trouxe contribuições específicas relacionadas ao estado do Rio Grande do Norte. Ressaltou que há municípios que, apesar de figurarem no mapa de abrangência apresentado, como Macau, Guamaré e Galinhos, não possuem frota lagosteira oficialmente registrada junto ao Ministério da Pesca, conforme dados acumulados em análises locais realizadas ao longo dos últimos 15 anos. Apontou que a presença desses municípios nos mapas pode induzir a interpretações equivocadas sobre o esforço de pesca regional. Em contrapartida, mencionou que outros municípios relevantes, como Cajueiro, Touros e Rio do Fogo, que representam aproximadamente 30% da frota lagosteira do estado, não aparecem contemplados na análise apresentada. A observação foi no sentido de alertar para a necessidade de alinhar as fontes de dados com a realidade da distribuição atual das embarcações ativas, uma vez que os modelos utilizados para avaliar os estoques, incluindo o cálculo de cotas, se baseiam em séries históricas que podem não refletir integralmente o cenário atual, especialmente diante de alterações no perfil da frota e dos portos de desembarque.

Na sequência, o Sr. José Tobias fez uma ponderação sobre a relação entre os resultados de abundância apresentados no modelo e a realidade observada atualmente na operação pesqueira. Destacou que, a partir de 2020, houve uma mudança significativa no padrão de esforço de pesca, com embarcações utilizando um número muito maior de apetrechos em comparação aos anos anteriores. Exemplificou que barcos que anteriormente operavam com 50 unidades de caçoeira passaram a operar com 100, e embarcações que usavam 1.000 unidades de marambais hoje operam com até 5.000.

Segundo ele, essa intensificação no uso de artes de pesca pode influenciar diretamente a interpretação dos dados de captura e esforço, exigindo ajustes nos modelos de avaliação para que reflitam de forma mais precisa a situação atual. Tobias lembrou que essa preocupação já havia sido levantada em reunião anterior e solicitou, mais uma vez, que esse tipo de variação tecnológica e operacional seja incorporado nas análises futuras.

O professor Raul Cruz (Coordenador do GTC Lagosta) agradeceu a apresentação e comentou que a exposição do professor Marcelo Nóbrega trouxe uma grande quantidade de informações técnicas relevantes, as quais demandam reflexão e aprofundamento por parte do colegiado. Destacou que a diversidade de métodos de captura e a variação entre realidades regionais — especialmente entre os municípios pesqueiros — exigem uma leitura crítica dos dados utilizados nos modelos. Sinalizou dúvidas quanto à inclusão ou exclusão de determinados municípios e tipos de frota nos dados de entrada, levantando a preocupação de que determinadas áreas com características distintas de esforço e estrutura de pesca possam ter sido desconsideradas ou mal representadas nos resultados.

Pontuou que a precisão dos modelos depende diretamente da qualidade e representatividade da base de dados utilizada, especialmente quando se pretende fundamentar medidas de ordenamento, como cotas ou mudanças no esforço autorizado. Reforçou, ainda, a necessidade de que o processo de avaliação dos estoques se mantenha aberto a contribuições do setor e que os resultados apresentados sirvam de base para debates técnicos mais aprofundados nos próximos encontros.

Em resposta às contribuições apresentadas, o professor Marcelo Francisco de Nóbrega reconheceu a importância das observações feitas e afirmou que elas são fundamentais para o aprimoramento contínuo das análises sobre os estoques de lagosta. Em relação às dúvidas levantadas pelo professor Marcelo Tubarão, esclareceu que os dados utilizados provêm do Programa de Monitoramento dos

Desembarques Pesqueiros (PMDP) e que, por serem tratados em escala agregada, nem sempre permitem identificar a participação individualizada de determinados municípios, como Galinhos, Macau ou Touros. Comprometeu-se a revisar o banco de dados, em parceria com o colega José Augusto Aragão, para verificar a origem e a representatividade geográfica das informações, ressaltando que a eventual ausência de frota registrada nesses locais pode justificar a lacuna. Ainda assim, reconheceu a relevância do apontamento para o processo de ordenamento.

Sobre a intervenção do Sr. Tobias, o professor Marcelo concordou plenamente com a necessidade de refletir, de forma mais precisa, as mudanças recentes no padrão de esforço de pesca, como o aumento expressivo no número de apetrechos utilizados. Reconheceu que, atualmente, os modelos ainda utilizam "dias de pesca" como unidade de esforço, por ser o dado mais disponível e padronizável, mas admitiu que essa abordagem carrega limitações importantes, já que não capta com precisão a intensidade e a diversidade real do esforço aplicado por diferentes embarcações. Informou que o Projeto Carapaça, cuja execução está prevista para o próximo ciclo, buscará justamente aprimorar essas medições, incorporando dados sobre as artes de pesca, tipos de embarcação, estrutura da frota e características biológicas das capturas, permitindo a construção de modelos mais próximos da realidade.

Ao professor Raul Cruz, o professor Marcelo explicou que os modelos de produção utilizados, como o CMSY++, são ferramentas estatísticas robustas, porém ainda simplificadas, que operam com séries históricas de captura e abundância padronizada. Reconheceu que esses modelos não capturam todas as nuances dos diferentes tipos de arte de pesca e suas respectivas capturabilidades, e que há limitações metodológicas que precisam ser superadas. Destacou, contudo, que o uso desses modelos representa um avanço importante diante da ausência de avaliações mais completas nos últimos anos.

Por fim, reiterou que a expectativa com o Projeto Carapaça é avançar para modelos analíticos mais sofisticados, que considerem variáveis como comprimento, idade, taxa de crescimento, recrutamento e seletividade, além da incorporação de biometrias e dados reprodutivos. Informou, ainda, que há iniciativas em curso para que a Petrobras, por meio de exigência do IBAMA, passe a coletar informações biométricas dos principais recursos, o que permitirá análises futuras mais robustas. Encerrou ressaltando que críticas fundamentadas, como as feitas na reunião, são essenciais para a melhoria dos processos científicos e de gestão.

O Sr. Jairo direcionou sua manifestação à Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP/MPA), ressaltando a responsabilidade legal compartilhada entre os órgãos federais no que se refere ao controle e acompanhamento das capturas, ainda que o monitoramento atualmente esteja sob a coordenação operacional do Ministério do Meio Ambiente. Questionou se já existe um mapeamento consolidado que permita identificar possíveis distorções entre os volumes de captura informados pelas empresas pesqueiras e os dados efetivamente exportados, especialmente considerando a estimativa apresentada durante a reunião de que pode haver uma subnotificação de até 20% nas estatísticas oficiais. Destacou que, no primeiro ano de implementação do sistema de cotas e controle por empresa, a adesão do setor foi significativa, mesmo sob forte pressão e risco de autuações.

Reforçou que os mecanismos de controle atuais, especialmente no campo da exportação, são bastante rigorosos, com envolvimento direto do Ministério da Agricultura e da Receita Federal, e que qualquer divergência substancial nos registros deveria ser detectável por meio de análise cruzada de entradas e saídas nos sistemas oficiais. Defendeu que, se houver discrepância estatisticamente relevante, como 10% ou 20%, é imprescindível localizar com precisão onde estão ocorrendo os desvios, para atuação direta da fiscalização, pois a lógica matemática dos sistemas exige que os dados sejam coerentes. Concluiu solicitando à SERMOP informações sobre a existência de estudos ou ferramentas já desenvolvidas nesse sentido.

Em resposta, a Sra. Rafaela Passarone, representante da SERMOP/MPA, esclareceu que a secretaria tem atuado de forma integrada com os dados provenientes do PES Brasil e dos Mapas de Bordo para verificar possíveis divergências entre os volumes registrados pelas embarcações e os informados pelas indústrias. Explicou que a variação estimada de 20% nas capturas, citada durante a reunião, não está diretamente relacionada às exportações registradas no Siscomex, mas sim à diferença entre os dados declarados nos Mapas de Bordo e os volumes oficialmente informados pela indústria junto ao sistema. Destacou que esses cruzamentos de dados são fundamentais para que se possa mensurar a real taxa de variação entre entrada e saída de produto e, conseqüentemente, identificar onde há falhas no processo de monitoramento, seja por erro operacional ou por informalidade.

Rafaela destacou que esse trabalho está em curso e que o objetivo é justamente alcançar uma análise mais precisa e transparente do fluxo produtivo, identificando possíveis desvios ou inconformidades. Reforçou, ainda, que parte significativa da diferença apontada pode estar associada à pesca informal, como aquela que não passa por indústrias processadoras, sendo destinada diretamente ao

consumo interno — em especial, para o mercado de restaurantes de médio e alto padrão em centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Ressaltou que essa parcela da produção não aparece nos controles formais de exportação, tampouco nas estatísticas oficiais, o que evidencia a necessidade de evolução dos instrumentos de rastreabilidade e monitoramento. Concluiu enfatizando que o MPA está atento a essas questões e buscando soluções para ampliar o alcance e a eficiência do sistema de controle pesqueiro.

3.5 - MODELAGEM ESPAÇO-TEMPORAL DAS ABUNDÂNCIAS E INTERAÇÕES OCEANOGRÁFICAS DAS LAGOSTAS NA BACIA POTIGUAR DO RIO GRANDE DO NORTE E CEARÁ

Dando continuidade à reunião, a coordenadora Adayse Bossolani informou que, devido a uma inversão na ordem da pauta, o professor Marcelo Francisco de Nóbrega havia iniciado sua apresentação anterior tratando da avaliação dos estoques de lagosta-vermelha e lagosta-verde. Ressaltou, então, que ainda restava a exposição referente à modelagem espaço-temporal das abundâncias, a qual seria retomada na sequência. Após essas intervenções, os membros iniciariam a discussão técnica.

O professor Marcelo Nóbrega retomou sua exposição, desta vez com foco na modelagem espaço-temporal da abundância de lagostas e nas interações oceanográficas, com ênfase na bacia potiguar, abrangendo áreas do Rio Grande do Norte e Ceará. Explicou que os dados utilizados foram gerados a partir de dois programas desenvolvidos pela Petrobras: o Programa de Monitoramento de Desembarques Pesqueiros (PMDP) e o Projeto de Espacialização da Pesca (PEPE). A análise é apoiada por três doutorandos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Oceanografia da UFPE. O professor destacou que o monitoramento é uma exigência da licença ambiental associada à operação de plataformas de petróleo na região, o que justifica o compromisso contínuo com a coleta de dados em campo.

Informou que a área de estudo abrange 27 plataformas de petróleo na bacia potiguar, das quais apenas 4 permanecem sob gestão direta da Petrobras, sendo as demais operadas por empresas privadas. No escopo do PEPE, foram monitorados dados em municípios localizados na zona de influência das plataformas, envolvendo no Ceará: 1.304 pescadores, 1.114 embarcações e 270 km de linha de costa; e no Rio Grande do Norte: 2.816 pescadores, 1.101 embarcações e 260 km de linha de costa. Ressaltou que o projeto piloto de espacialização foi executado entre março e maio de 2015, em Diogo Lopes (Macau-RN), onde foram monitoradas 31 embarcações,

resultando em 1.148 viagens e o uso de tecnologias como ecossondas, GPS trackers e dispositivos de rastreamento Spot 3.

A modelagem espacial gerada a partir desses dados revelou áreas específicas de atividade pesqueira, como a pesca do peixe-voador, que se realiza à deriva, e a utilização de diversas artes de pesca — linha de mão, espinhel, puçá, arrasto, manzuá e compressor — frequentemente combinadas em uma mesma viagem. O professor destacou que essa diversidade operacional impõe desafios metodológicos significativos para a modelagem da abundância, devido às variações no poder de captura entre as embarcações e apetrechos.

Com um banco de dados acumulado entre 2018 e 2024, contendo mais de 5 milhões de pontos georreferenciados, o estudo representa um exemplo de big data aplicado à pesca artesanal, exigindo capacidade computacional elevada para o processamento e modelagem dos dados. Para a análise estatística, foi utilizado um modelo GNM (Generalized Nonlinear Model), com o objetivo de estimar a probabilidade de ocorrência das lagostas nas áreas monitoradas, correlacionando variáveis ambientais, como batimetria e distância da costa, com as rotas e padrões de atividade da frota pesqueira artesanal.

O professor Marcelo ressaltou a relevância do trabalho para subsidiar o ordenamento espacial da pesca e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências técnico-científicas, principalmente no contexto da exploração de petróleo em áreas sobrepostas com zonas de pesca tradicionais. Destacou, ainda, que esse tipo de modelagem é estratégico para a previsão de impactos ambientais e para a definição de áreas prioritárias de gestão, além de constituir uma referência para o planejamento de ações integradas entre o setor pesqueiro, órgãos ambientais e a indústria de energia.

Dando sequência à sua exposição, o professor Marcelo Nóbrega detalhou a estrutura metodológica do modelo estatístico empregado na análise espaço-temporal da abundância relativa da lagosta. Informou que os dados utilizados foram organizados em uma matriz binária (variável dicotômica), onde cada unidade amostral recebeu o valor “1” quando a viagem de pesca incluiu artes direcionadas à captura de lagosta (como manzuá, compressor, covos etc.), e “0” quando a viagem não foi voltada à espécie. A partir dessas informações, aplicou-se um modelo estatístico de regressão logística, com distribuição binomial, tendo como variável resposta a probabilidade de presença de lagosta nas áreas monitoradas.

A estrutura do modelo considerou diversas covariáveis explicativas: estado (Ceará ou Rio Grande do Norte), ano (de 2018 a 2024), mês, profundidade (estimada

com base em dados batimétricos do Atlas Britânico – GEBCO) e distância da costa (calculada via sistemas de informação geográfica). Ao todo, foram utilizados 148.650 pontos georreferenciados, extraídos de registros contínuos de rastreamento da frota artesanal. As profundidades amostradas variaram entre 10 e 100 metros e as distâncias da costa entre 0,3 e 73,5 km.

O modelo revelou elevada interação entre diferentes artes de pesca numa mesma viagem, o que confirma a complexidade da operação da frota artesanal na região. A partir dessas informações, o modelo gerou projeções espaciais interpoladas da probabilidade de presença da lagosta, com valores que variaram entre 56% e 81% nas áreas analisadas. Os mapas gerados revelaram padrões distintos de distribuição entre os dois estados, com maior concentração de probabilidade no litoral potiguar, sobretudo entre 10 e 30 km da costa, enquanto no litoral cearense os hotspots se estenderam até cerca de 60 km, em função da plataforma continental mais extensa.

Nas considerações finais, o professor destacou que a base de dados proveniente do Projeto de Especialização da Pesca da Petrobras é extremamente rica, contemplando aproximadamente 15 tipos de arte de pesca e mais de 20 tipos distintos de embarcações, além de informações sobre volume capturado por espécie. Enfatizou que a metodologia aplicada, ainda em fase piloto, demonstrou grande potencial de replicação para outras espécies comerciais de interesse, além da lagosta. O próximo passo, segundo ele, é ampliar a complexidade do modelo, incorporando variáveis ambientais obtidas por sensoriamento remoto, como temperatura da água, salinidade, clorofila e produtividade primária, por meio de repositórios como os das plataformas europeias Copernicus, Águas e GEBCO.

A expectativa é que os novos modelos mais robustos forneçam subsídios técnicos para o planejamento espacial da pesca, inclusive com potencial para a identificação de áreas prioritárias de conservação, como zonas de exclusão temporária de pesca (os chamados *hotspots de esperança*). Embora reconheça que tais medidas possam gerar resistência inicial do setor, o professor defende que os efeitos positivos a médio e longo prazo, especialmente o aumento da abundância nas áreas adjacentes, beneficiarão tanto o recurso quanto os próprios pescadores. Encerrando sua fala, colocou-se à disposição para responder às perguntas e receber sugestões e críticas construtivas por parte do colegiado.

Encerrada a apresentação técnica, a coordenadora Adayse Bossolani abriu espaço para manifestações dos membros do colegiado. O primeiro a se pronunciar foi o Sr. Rothier Flores de Siqueira Júnior, representante da Coordenação-Geral de Ciência para o Mar e Antártica do MCTI, que parabenizou o professor Marcelo Nóbrega

pela exposição e apresentou um questionamento sobre a possibilidade de inclusão de variáveis relacionadas à qualidade da água, com destaque para poluição por plásticos, microplásticos e nanoplásticos, nos modelos utilizados para avaliar a abundância da lagosta. Indagou se esses fatores poderiam impactar a produção pesqueira e, em caso afirmativo, por que não haviam sido considerados nas análises apresentadas?

Em resposta, o professor Marcelo Nóbrega reconheceu que tais variáveis ambientais, especialmente a poluição por microplásticos, têm potencial de impactar a distribuição e a produtividade dos estoques. No entanto, explicou que a principal dificuldade reside na integração técnica dessas variáveis aos pontos georreferenciados da matriz de dados utilizada. Ressaltou que, embora haja avanços expressivos na resolução dos sensores de satélite — como os dados do GEBCO, cuja resolução passou de 1 minuto para 15 segundos de arco —, ainda é necessário aprimorar os repositórios digitais e desenvolver caminhos para agregar informações ambientais específicas, como microplásticos, de forma sistemática aos modelos de distribuição da lagosta.

Na sequência, o representante da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil, também docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), reforçou a pertinência da pergunta anterior e informou que a equipe do curso de Engenharia de Pesca da UFERSA, especialmente sob a coordenação do professor Cristiano, já realiza pesquisas relacionadas à presença de microplásticos em espécies como atuns e camarões, ainda que não haja, até o momento, estudos específicos com lagosta. Destacou que a região costeira do Rio Grande do Norte, em proximidade com o Ceará, está naturalmente exposta a esse tipo de poluição, e que uma articulação institucional para fomentar bolsas de pesquisa específicas poderia viabilizar estudos voltados à lagosta nesse contexto.

O mesmo representante aproveitou a oportunidade para elogiar o modelo de espacialização apresentado pelo professor Marcelo, observando que a iniciativa aponta caminhos concretos para o monitoramento da frota artesanal, com rastreabilidade mais eficaz do que a atualmente oferecida pelo sistema PREPS. Ressaltou que, embora o PREPS funcione bem para a frota de atuns, a pesca da lagosta demanda um sistema mais adaptado às suas especificidades, o que torna o modelo apresentado um exemplo promissor. Informou ainda que há 14 anos foi protocolada no Ministério uma proposta de projeto com foco em rastreamento da pesca artesanal e mapa de bordo digital, sem avanços à época. Destacou que o que foi apresentado na reunião é, de fato, o que o setor precisa: saber onde a embarcação está e o que ela está fazendo, com simplicidade e precisão. Concluiu reiterando que

a metodologia desenvolvida demonstra ser plenamente viável e representa uma alternativa mais eficiente de monitoramento para a frota lagosteira.

Em complemento às falas anteriores, o professor Marcelo Nóbrega retornou brevemente à sua apresentação para ilustrar visualmente a separação entre áreas de deslocamento e áreas efetivas de pesca das embarcações monitoradas. Demonstrou que, embora o sistema utilizado possa ser considerado mais "mecânico", por exigir a coleta manual dos dados diretamente com os pescadores — descarregando os registros dos dispositivos GPS —, o método mostrou-se altamente preciso na delimitação dos pontos de atividade pesqueira. Mencionou, de forma descontraída, que alguns erros iniciais ocorreram por falhas no uso do equipamento, como casos em que pescadores colocavam o GPS dentro de panelas, impedindo a transmissão correta dos dados. Apesar dessas situações pontuais, reforçou que o sistema se consolidou como uma ferramenta confiável para mapear a atuação da frota artesanal.

Na sequência, o Sr. José Alberto, conhecido como Beto Pescador, representante da Confederação Nacional dos Pescadores (CONFREM), compartilhou reflexões e inquietações acumuladas ao longo de décadas de experiência na atividade lagosteira. Relatou que iniciou-se na pesca nos anos 1960, herdando os conhecimentos tradicionais de sua comunidade, e que acompanhou ao longo do tempo a transição de diferentes métodos de captura, desde a pesca com linha de mão até a implantação de artes mais elaboradas. Expressou preocupação com a recorrente atribuição da responsabilidade pela escassez dos estoques exclusivamente aos pescadores, observando que pouco se discute sobre o impacto de fatores externos ao setor artesanal.

Nesse contexto, levantou dois pontos considerados fundamentais para reflexão do colegiado: primeiro, o possível impacto dos grandes empreendimentos costeiros e marinhos, como projetos de carcinicultura e, mais recentemente, parques eólicos offshore, sobre os habitats e cadeias tróficas associados à lagosta, especialmente no tocante à disponibilidade de alimento para os alevinos. Em segundo lugar, trouxe à tona a preocupação com as mudanças climáticas, especificamente com o aumento da temperatura dos oceanos e seus efeitos sobre os recifes de coral e espécies marinhas sensíveis, incluindo a lagosta. Reconheceu que tais impactos podem ainda não estar completamente quantificados, mas defendeu que sejam ao menos incorporados às discussões sobre manejo e avaliação de estoques, dada sua relevância crescente para a sustentabilidade da atividade.

Em seguida, a Sra. Cláudia, ao se manifestar, parabenizou o professor Marcelo Nóbrega pela robustez da apresentação, destacando o esforço notável da academia

para produzir informação técnica de qualidade, mesmo diante da escassez de dados sistemáticos sobre a pesca artesanal. No entanto, expressou preocupação com algumas falas durante a reunião que, segundo sua avaliação, podem indicar uma tendência à redução dos mecanismos de controle e monitoramento, o que contraria o movimento recente de qualificação da informação para subsidiar o ordenamento pesqueiro. Utilizou como exemplo o uso de dispositivos GPS manuais (modelo “mecânico”) nas pesquisas, questionando a escolha por essa metodologia frente à existência de tecnologias mais modernas, acessíveis e integradas por satélite, que poderiam ser utilizadas de forma contínua e automatizada. Alertou, ainda, que à medida que se avança para regulamentar novas frentes de exploração, como o mergulho autônomo, regras mínimas de controle precisam ser garantidas, sobretudo em pescarias que dependem da instalação de estruturas no mar, como as marambaias. Encerrou destacando a importância de se manter o foco na rastreabilidade e fiscalização efetiva, e não em estratégias que possam fragilizar o acompanhamento da atividade.

Na sequência, o Sr. José Tobias, representante da pesca artesanal, dirigiu-se ao professor Marcelo Nóbrega com um questionamento sobre os possíveis impactos causados pela instalação de plataformas petrolíferas nas áreas tradicionais de pesca. Relatou que os pescadores vêm enfrentando dificuldades práticas, como a proibição de operar em áreas de exclusão com raio que varia entre 500 e 1.500 metros ao redor das plataformas. Ressaltou que essas limitações restringem diretamente o acesso a zonas historicamente utilizadas, gerando prejuízos significativos ao segmento artesanal, sem que haja, até o momento, compensações adequadas. Por fim, solicitou que os estudos apresentados também contemplem uma avaliação mais ampla dos impactos indiretos da atividade petroleira, incluindo as interferências provocadas por embarcações de apoio e grandes petroleiros que transitam na região.

A Sra. Rafaela Passarone, representante da SERMOP/MPA, reconheceu que o sistema PREPS tem diversas fragilidades técnicas e que são necessárias melhorias substanciais. No entanto, ponderou que, ao invés de sua extinção, o mais adequado seria investir na sua revitalização e modernização, tornando-o mais adequado à realidade da pesca artesanal. Informou que já está em andamento um termo de referência para reestruturação do sistema, incluindo alternativas para barateamento e miniaturização dos equipamentos, o que viabilizaria maior adesão da frota artesanal. Ressaltou que o tema é transversal a todas as CPVs, aparecendo de forma recorrente devido às dificuldades operacionais e à ausência de padronização nacional.

Sugeri que esse debate seja encaminhado ao CONAPE por meio da criação de um grupo de trabalho temático, com participação do setor, para tratar de forma mais técnica e integrada as soluções possíveis para rastreamento e controle. Finalizou propondo que, em uma próxima reunião, seja realizada uma apresentação específica do GT, com resultados parciais, para subsidiar eventuais recomendações oficiais do CPG Lagosta ao colegiado superior.

Dando sequência aos esclarecimentos, o professor Marcelo Nóbrega retomou a palavra para reforçar os próximos passos da pesquisa em andamento. Informou que o grupo de trabalho responsável pela modelagem espaço-temporal pretende incorporar variáveis ambientais complementares à base de dados georreferenciados, como temperatura da água, salinidade, clorofila, nutrientes e fitoplâncton, de forma a aprimorar as projeções e compreender com maior precisão os fatores que influenciam a probabilidade de presença da lagosta nas áreas monitoradas. Explicou que, embora a série temporal atual (2018–2024) ainda seja considerada curta, ela já permite observar tendências e testar hipóteses sobre os impactos ambientais, como o possível aquecimento das águas nas áreas de pesca e suas consequências para a abundância relativa da espécie.

Sobre os sistemas de rastreamento, o professor destacou que, embora o modelo utilizado no projeto da Petrobras seja considerado “mecânico” — pois exige o descarregamento manual dos dados GPS —, trata-se de um método extremamente preciso e confiável. Reforçou que o uso dessas tecnologias foi viabilizado por exigência do licenciamento ambiental na área de influência das plataformas de petróleo, e que esse banco de dados, hoje com mais de 5 milhões de pontos de rastreamento, representa uma verdadeira “mina de ouro” para a ciência e para o ordenamento pesqueiro, sobretudo por conter informações detalhadas sobre artes de pesca, espécies capturadas e volumes desembarcados.

Com relação ao sistema PREPS, Marcelo reconheceu as limitações já amplamente apontadas pelo setor, mas reforçou seu valor como ferramenta de rastreamento nacional, sobretudo por sua capacidade de gerar dados para plataformas internacionais, como a *Global Fishing Watch*. Observou que, apesar das dificuldades técnicas e operacionais, o PREPS ainda representa um avanço importante em termos de transparência e rastreabilidade do setor pesqueiro brasileiro, e que sua modernização deve ser prioridade. Mencionou que há um processo de atualização em curso, sob responsabilidade da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), com recursos já previstos para a revitalização do sistema.

Em resposta direta ao Sr. Tobias, o professor esclareceu que o projeto de espacialização da pesca — desenvolvido inicialmente sob sua coordenação em 2015 — foi concebido justamente para quantificar os impactos das plataformas de petróleo sobre a pesca artesanal, em especial no litoral do Ceará e Rio Grande do Norte. Informou que o projeto piloto foi posteriormente expandido por meio de contratos da Petrobras com empresas especializadas, e que os dados acumulados ao longo dos anos já permitem avançar na avaliação objetiva das interferências da atividade petroleira nas áreas de pesca, incluindo limitações de acesso e prejuízos reportados por comunidades pesqueiras. Finalizou ressaltando que os produtos derivados dessa base de dados serão essenciais para fundamentar medidas de ordenamento, manejo e fiscalização, destacando que o trabalho continuará gerando subsídios técnicos relevantes nos próximos anos.

Encerradas as manifestações e discussões relativas à modelagem espaço-temporal da abundância da lagosta, a coordenadora Sra. Adayse Bossolani agradeceu as contribuições de todos os participantes, especialmente ao professor Marcelo Francisco de Nóbrega, pelo conteúdo técnico apresentado e pelas respostas prestadas aos questionamentos do colegiado. Ressaltou a importância da produção científica como base para o ordenamento pesqueiro e para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à sustentabilidade da pesca da lagosta.

3.5 - AVALIAÇÃO DO RECURSO LAGOSTA, COM ÊNFASE EM ALTERNATIVAS PARA INCREMENTO DO PERÍODO DE SAFRA E MANUTENÇÃO DO TAMANHO MÍNIMO LEGAL DE CAPTURA

Dando continuidade à ordem do dia, a coordenadora Adayse Bossolani anunciou o início da apresentação do professor Raul Cruz, destacando a importância do conteúdo que seria compartilhado no contexto das discussões mais recentes do colegiado. Mencionou que a exposição teria como foco a avaliação do recurso lagosta, com ênfase em alternativas para incremento do período de safra e manutenção do tamanho mínimo legal de captura. Indicou que a apresentação também traria devolutivas técnicas relacionadas às recomendações emitidas nas reuniões anteriores do CPG Lagosta — sobretudo aquelas deliberadas na 4ª Sessão Ordinária — sobre temas como cota de captura e parâmetros biológicos de ordenamento.

O professor Raul Cruz iniciou sua apresentação agradecendo o espaço e contextualizando a importância de sua contribuição para a discussão técnica em torno do manejo da lagosta. Explicou que sua análise atual contempla resultados obtidos a partir de séries temporais mais recentes, e que os estudos foram voltados a avaliar a

sustentabilidade do recurso sob diferentes cenários de esforço de pesca e rendimento por unidade de esforço.

Com base nos dados simulados e observados, Raul destacou que foram calculadas estimativas de captura para diferentes intervalos de confiança, propondo uma interpretação probabilística sobre o rendimento sustentável médio. Salientou que, ao comparar os cenários de uso contínuo das artes de pesca, nota-se que a pesca intensiva sem controles eficazes pode comprometer os rendimentos ao longo do tempo, gerando instabilidade nos estoques e impacto na cadeia produtiva.

Ao discutir sobre os riscos da sobrepesca por crescimento, explicou que esse tipo de sobre-exploração ocorre quando os indivíduos são capturados antes de atingir o tamanho ideal de rendimento econômico e biológico. Argumentou que, embora esse tipo de sobrepesca cause perdas, ainda é possível recuperar o estoque. Entretanto, alertou que o cenário mais crítico é o da sobrepesca por recrutamento, que se instala quando a população é explorada além do limite capaz de garantir a reposição natural — situação que ele considera perigosa e irreversível no curto prazo.

Em outra parte de sua fala, o professor Raul apresentou agrupamentos regionais da pesca da lagosta e apontou que há concentração das capturas em determinados polos, o que pode gerar pressões localizadas sobre o estoque. Ressaltou que, embora alguns grupos ainda capturem lagostas juvenis, há comunidades que seguem as regras, mas são igualmente afetadas pelas externalidades do manejo ineficaz.

Finalizou essa etapa da exposição alertando que, sem ajustes no período da safra e sem manutenção do tamanho mínimo de captura, corre-se o risco de recair sobre cenários de colapso parcial da produção — como já observado em outras regiões. Destacou ainda a importância de decisões baseadas em critérios técnico-científicos, e que a adoção de medidas preventivas, como o ajuste fino da temporada e da fiscalização, pode garantir a sustentabilidade do recurso lagosta.

Durante a apresentação, mencionou que, apesar de alguns avanços na modelagem da população, as lacunas de dados históricos ainda impõem limitações na avaliação de longo prazo. Segundo o professor, a avaliação de estoques deve considerar o impacto cumulativo de fatores naturais e antrópicos — como mudanças climáticas, pressão pesqueira, instalação de parques eólicos offshore e alterações na qualidade do habitat costeiro. Frisou que esses elementos podem gerar variações expressivas no ciclo de recrutamento, sendo insuficiente atribuir a responsabilidade apenas à atividade pesqueira artesanal.

Raul Cruz também abordou a importância de entender a diferença entre a sobrepesca por crescimento (quando os indivíduos são capturados antes de atingir tamanho ideal) e a sobrepesca por recrutamento (quando há redução na entrada de novos indivíduos na população). Enfatizou que a segunda é mais preocupante, pois compromete o futuro do estoque e pode causar colapsos mais graves e duradouros.

Com base nos dados analisados, afirmou que houve períodos com significativa redução no recrutamento, que coincidiu com oscilações climáticas e mudanças na dinâmica hidrológica em regiões como o Rio Grande do Norte e o Ceará. Mencionou ainda estudos em andamento sobre a relação entre as descargas fluviais, acúmulo de sedimentos e alterações no regime térmico e salino das áreas de reprodução da lagosta, ressaltando que tais condições podem afetar o desenvolvimento larval e a sobrevivência dos juvenis.

Em suas considerações finais, defendeu a manutenção do tamanho mínimo legal de captura como ferramenta indispensável para garantir o recrutamento efetivo. Sugeriu ainda a **avaliação técnica da ampliação do período de defeso**, especialmente em anos com evidência de recrutamento reduzido. Apontou que tais medidas, aliadas a um sistema de monitoramento robusto e à análise espacial das áreas prioritárias para o ciclo da lagosta, podem resultar em uma gestão mais adaptativa e sustentável do recurso.

O senhor Leonardo Figueiró, representante dos pescadores profissionais artesanais pela CNPA, comentou os resultados do estudo científico apresentado, destacando que o mesmo considera um período de 8 meses de pesca. Ele lembrou que, desde 2018, com a reforma trabalhista, houve a redução do pagamento do seguro-defeso para apenas cinco parcelas, o que trouxe prejuízos socioeconômicos significativos à categoria. Diante disso, e respeitando a cota anual estabelecida, solicitou que o período de pesca seja ampliado para pelo menos sete meses, como forma de compensar parte das perdas enfrentadas pelos pescadores, que há anos sofrem sem poder pescar plenamente nem receber o mínimo necessário para o sustento de suas famílias.

O senhor Tobias expressou perplexidade em relação aos resultados dos estudos apresentados, destacando a inconsistência entre as estimativas e a realidade observada. Segundo ele, antes da definição da cota, os estudos indicavam uma disponibilidade de menos de 5 mil toneladas, enquanto o comitê científico posteriormente apontou capacidade para mais de 6 mil toneladas. No entanto, na prática, a pesca realizada não atingiu sequer 1 mil toneladas no ano passado. Diante disso, questionou a proposta de alterar o tamanho mínimo legal da lagosta, uma vez

que os próprios estudos indicam recuperação dos estoques, gerando confusão e dúvidas quanto aos critérios adotados.

Professor Marcelo de Nóbrega questionou a apresentação do Professor Raul, apontando a ausência de descrição dos métodos utilizados, das fontes de dados e de fundamentação técnica dos resultados exibidos. Ressaltou que, embora as estimativas de ambos estejam próximas, com diferenças nos intervalos de confiança, o modelo apresentado por Raul carece de transparência metodológica e não foi previamente compartilhado ou discutido com o Comitê Científico. Marcelo demonstrou preocupação quanto à forma como sugestões relevantes, como a ampliação do período de pesca, foram apresentadas diretamente no comitê, sem interlocução técnica prévia com o grupo responsável pelas avaliações oficiais dos estoques.

Sr. Antônio Carlos (PESCA BR) destacou que, apesar das divergências apresentadas entre estudos científicos, o setor pesqueiro solicita a manutenção da cota de 6.192 toneladas, com base nos dados que indicam recuperação dos estoques. Ele apontou que há discordância dentro da própria ciência, uma vez que os estudos de Raul sugerem até 8 mil toneladas, o que reforça a insegurança quanto aos dados utilizados. Reforçou a necessidade de manter o tamanho mínimo atual da lagosta vermelha e considerou viável a ampliação do período de pesca de seis para sete meses. Para ele, a margem de 20% nos dados, conforme mencionado por Marcelo, é significativa demais para decisões incertas e não pode ser tratada com informalidade diante dos impactos diretos no setor produtivo.

Rochelle Cruz (CEDEPESCA) reconheceu que os estudos apresentados pelos professores Raul e Marcelo indicam uma tendência de recuperação dos estoques de lagosta, mas ressaltou que isso não significa que os estoques estejam plenamente recuperados. Ela destacou que a implementação do limite de captura (6.192 t) foi um avanço importante, mas como a cota não foi atingida no primeiro ano, ainda não é possível avaliar sua efetividade. Por isso, considerou prematura qualquer proposta de redução do período de defeso, defendendo que é necessário manter o monitoramento e realizar novas avaliações antes de discutir mudanças nas medidas de ordenamento.

Por sua vez, o senhor Expedito manifestou frustração ao afirmar que as discussões no CPG Lagosta parecem repetir-se a cada reunião, especialmente sobre o debate entre manter o tamanho mínimo de 13 cm ou aumentar para 14 cm. Defendeu que a lagosta de 13 cm inevitavelmente entra no mercado, e o controle deve ser feito durante a safra, já que o Sincomercio permite rastreabilidade. Criticou a ideia de que o pescador ou a indústria sejam vistos como os vilões, quando o problema está na

comercialização irregular no mercado informal, o que é difícil de fiscalizar. Por fim, reforçou que o setor não está pedindo aumento da cota, mas apenas mais um mês de pesca para atender especialmente os pescadores de bordo, que são penalizados pelo período atual.

O **Sr. Jones Santander Neto** parabenizou a organização do CPG e reforçou a posição de manter o tamanho mínimo da lagosta em 13 cm, bem como o atual período de defeso, sem reduções. Reiterou a fala do professor Marcelo Nóbrega, destacando que ninguém "brinca de fazer ciência", ressaltando o comprometimento institucional e acadêmico envolvido nas pesquisas. Lembrou que as avaliações são resultado de muito trabalho técnico, com envolvimento de monografias, dissertações, teses e pesquisadores comprometidos.

O professor Marcelo Tubarão fez uma síntese das discussões do dia, destacando que, embora o foco estivesse nos quatro grandes eixos da cadeia produtiva da lagosta (captura, processamento, avaliação dos estoques e gestão), a maior parte do tempo foi dedicada à análise metodológica das avaliações científicas. Relembrou que situação semelhante ocorreu na reunião anterior, em Fortaleza, e sugeriu que as discussões sobre metodologia científica sejam concentradas no CPG Científico, para que, nas plenárias do CPG Lagosta, os debates se concentrem em encaminhamentos técnicos e políticos, evitando repetições e conflitos metodológicos.

A coordenadora Adayse Bossolani reforçou a posição institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura pela manutenção da cota de captura. Explicou que a proposta de reduzir o período de defeso sem alterar a cota só chegou formalmente no dia anterior, por meio de documento oficial do setor, e foi incorporada às discussões. Adayse enfatizou que as discussões devem seguir condicionadas à proteção dos estoques e à sustentabilidade, conforme acordado em reuniões anteriores, destacando que qualquer modificação na temporada de pesca precisa estar embasada tecnicamente.

3.6 - DISCUSSÕES SOBRE O PEIXE-LEÃO

A coordenadora Adayse Bossolani deu início à sessão matutina informando que a programação estava prevista apenas para o período da manhã e destacou que, no dia anterior, a pauta principal foi cumprida com êxito, resultando em bons encaminhamentos relacionados à temporada da lagosta, incluindo os ajustes finais.

Adayse explicou que a sessão da manhã foi destinada à discussão sobre o peixe-leão, conforme recomendação da reunião anterior do CPG Lagosta. Segundo ela, o objetivo era contar com uma apresentação técnica do ICMBio sobre a situação

atual do peixe-leão no Brasil. Contudo, apesar do contato prévio e da disponibilidade manifestada pela autarquia, o ICMBio não confirmou participação nem enviou representante.

Diante da ausência, o pesquisador Gabriel se prontificou, voluntariamente e em curto prazo, a realizar a exposição técnica sobre o tema, o que foi prontamente agradecido pela coordenadora.

Em seguida, Adayse adiantou que após a apresentação sobre o peixe-leão, seriam repassados informes relacionados ao Grupo de Trabalho do Mergulho, cuja fala seria compartilhada entre a coordenação do CPG Lagosta e os responsáveis pelo GT Mergulho.

3.6.1 Apresentação do Pesquisador Gabriel Ramos – Situação do Peixe-leão no Brasil

Na manhã do segundo dia da reunião, o pesquisador Gabriel Ramos, engenheiro de pesca formado pela UFRPE e atuante na ONG Projeto de Conservação Recifal (PCR), iniciou sua apresentação relatando a experiência acumulada da equipe em ações de monitoramento ambiental, destacando a atuação no acompanhamento do branqueamento de corais na APA Costa dos Corais. Atualmente, o projeto também se dedica ao controle de espécies invasoras, como o coral-sol e, especialmente, o peixe-leão (*Pterois volitans*).

Gabriel explicou que o peixe-leão é originário do Indo-Pacífico e chegou ao Atlântico e ao Mediterrâneo possivelmente por meio de escapes de aquários, agravados por eventos como furacões. O primeiro registro da espécie no Brasil foi em 2014, em Arraial do Cabo (RJ), com posterior identificação genética apontando descarte aquarístico como a provável causa da introdução. Em Pernambuco, o primeiro registro ocorreu em 2020, em Fernando de Noronha.

O pesquisador alertou sobre a rápida expansão da espécie. Apenas em três dias de mergulho em Noronha, foram capturados mais de 90 exemplares, revelando um crescimento populacional alarmante. O peixe-leão apresenta alta taxa de fecundidade (até 2 milhões de ovos por ano), crescimento acelerado e elevada capacidade predatória, podendo consumir até 20 organismos em 30 minutos, inclusive presas de tamanho próximo ao seu. Além disso, a espécie é territorialista, ocupando áreas restritas (~15 m²), o que facilita seu monitoramento e captura.

Destacou-se o trabalho do PCR em monitoramento participativo, no qual mergulhadores e comunidades locais colaboram com o registro e localização dos indivíduos. A metodologia adotada é a de detecção rápida e remoção imediata,

eficiente no controle inicial da espécie. No entanto, Gabriel ressaltou que o número de avistamentos e capturas aumentou drasticamente nos últimos três anos, estendendo-se de Pernambuco a estados como Paraíba, Alagoas, Bahia e até o Rio de Janeiro.

O principal desafio atual é a regulamentação do consumo da carne do peixe-leão, apontada como a única medida efetiva de controle populacional em larga escala. Gabriel esclareceu que, embora a espécie possua 18 espinhos peçonhentos, a carne é segura para consumo, sendo a toxicidade restrita aos espinhos. A única cautela em debate é sobre o possível acúmulo de metais pesados, pois o peixe-leão está no topo da cadeia alimentar.

Gabriel concluiu defendendo que o estímulo ao consumo — com respaldo sanitário e regulamentar — é crucial para a contenção da bioinvasão, uma vez que a ausência de predadores naturais e o desconhecimento das presas locais favorecem a rápida expansão da espécie, gerando severo impacto na biodiversidade marinha do Brasil.

O senhor **Adriano da Silva Tavares** parabenizou o pesquisador Gabriel Ramos pelo trabalho e levantou uma questão prática: como capturar o peixe-leão de forma eficiente, já que a espécie raramente é capturada por anzol, dada sua seletividade e comportamento evasivo. Solicitou que Gabriel explicasse métodos viáveis para sua captura.

Gabriel respondeu que atualmente está sendo elaborado um artigo científico sobre as artes de pesca mais eficazes para o peixe-leão. Até o momento, os registros de capturas foram feitos principalmente com arpão e covó. O método mais utilizado por sua equipe é a captura com arpão manual, por meio de um equipamento desenvolvido pelo projeto chamado "zoom", que permite a aproximação direta e segura ao peixe, seguido do armazenamento em recipiente apropriado. Ele ressaltou que o peixe-leão não é esguio, o que facilita a captura corpo a corpo durante o mergulho.

O senhor França Vieira, da Secretaria da Pesca Artesanal do Ceará, parabenizou o palestrante e manifestou curiosidade sobre o maior exemplar de peixe-leão capturado em Fernando de Noronha, bem como sobre o tempo necessário para o animal atingir a maturidade sexual. Informou ainda que no Ceará, tanto no litoral leste quanto oeste, já ocorrem registros da espécie, com capturas feitas principalmente por arpão.

Gabriel respondeu que o maior exemplar capturado até o momento em Fernando de Noronha mediu 51 cm, sendo esse o maior já registrado mundialmente. Explicou que o peixe-leão atinge a maturidade sexual em aproximadamente 1 ano, o

que contribui para sua rápida expansão populacional. Complementou que, embora o covo seja utilizado, o método mais eficaz continua sendo o mergulho com captura manual, já que o covo pode capturar também espécies não-alvo. Ressaltou ainda que a peçonha dos espinhos do peixe perde efeito após 24 horas de congelamento, eliminando riscos de acidentes pós-captura.

O professor Marcelo Nóbrega esclareceu que o peixe-leão (*Pterois volitans*) pertence à família Scorpaenidae, a mesma da Beatriz anequim, espécie já nativa da fauna brasileira, como a *Scorpaena brasiliensis*. Segundo ele, por serem da mesma família, essas espécies têm semelhanças físicas e de sabor na carne. No entanto, destacou que o peixe-leão, por ser exótico e altamente predador, não está integrado à cadeia trófica local, diferentemente das espécies nativas. Informou que o peixe-leão começa a se reproduzir com cerca de 17 cm e em apenas 1 ano e meio de vida, tendo alta capacidade de colonização, principalmente em águas quentes, o que deve limitar sua dispersão até o sul do Espírito Santo. Enfatizou que a única forma eficaz de controle é por meio da captura e incentivo ao consumo, como ocorre no Caribe, onde, por exemplo, às sextas-feiras o peixe-leão é servido como prato típico. Para ele, o Brasil deve seguir o mesmo caminho, integrando o peixe-leão ao cardápio nacional como estratégia de mitigação da invasão.

A coordenadora Adayse Bossolani agradeceu as contribuições e propôs incluir, como encaminhamento da reunião, uma recomendação formal para que, na próxima reunião ordinária, sejam apresentadas possibilidades de transformar o peixe-leão em recurso pesqueiro. Ela destacou a importância de amadurecer o diálogo com o Ibama e com o MMA, e agradeceu à servidora Leticia, do Ibama, por informar via chat que o tema é tratado no Serviço de Espécies Exóticas e Invasoras de Fauna, vinculado à Diretoria de Diversidade de Florestas. Adayse finalizou reafirmando o compromisso de reunir os atores institucionais necessários para avançar na pauta e agradeceu ao pesquisador Gabriel Ramos por ter aceitado o convite com tão pouco tempo para compartilhar seus conhecimentos.

3.6 - GRUPO DE TRABALHO DO MERGULHO (GT MERGULHO)

A servidora Edilene Ferreira, da Coordenação-Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinho (CGMAR/SNPA/MPA), apresentou os avanços do Grupo de Trabalho do Mergulho (GT Mergulho), criado a partir de recomendações das duas primeiras reuniões do CPG Lagosta, com o objetivo de discutir a possibilidade de regulamentar uma prática historicamente existente, mas atualmente considerada ilegal.

Destacou que o GT foi formalmente constituído com participação aberta aos interessados, e já realizou quatro reuniões. Na primeira, em novembro de 2024, houve a formalização do grupo e aprovação do plano de trabalho. Na segunda reunião, em janeiro de 2025, discutiram-se aspectos gerais da pesca por mergulho, com apresentação de dados científicos sobre riscos à saúde e necessidade de caracterização do perfil dos mergulhadores.

A terceira reunião contou com apresentação do professor Marcelo Tubarão, que compartilhou dados sobre embarcações, perfis de mergulho (profundidade, frequência e tipo de mergulho) e uso de equipamentos, além da participação do Ibama e da Marinha. A Marinha reiterou que não pretende alterar normas vigentes, como a exigência de ensino médio completo e idade mínima de 18 anos para formação em mergulho — ponto que pode gerar entraves à regularização, dado o perfil socioeconômico dos mergulhadores.

Na quarta reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2025, foi feito um levantamento das informações obtidas até então e discutida a elaboração do Relatório Preliminar do GT, contendo propostas para a viabilização da regulamentação da pesca por mergulho. A quinta reunião está prevista para ocorrer após a presente reunião do CPG Lagosta, com foco na revisão da minuta do relatório e discussão sobre o uso das marambaias.

Edilene explicou que as marambaias, frequentemente utilizadas na pesca por mergulho, também estão atualmente proibidas. O Ibama solicitou que a discussão da regulamentação da pesca por mergulho inclua o uso, o licenciamento ambiental e os materiais das marambaias, tornando necessária a integração dos dois temas nas deliberações do CPG. A apresentação teve como objetivo informar o colegiado sobre os avanços do GT e submeter os temas à consideração ampliada do CPG Lagosta.

Complementando a fala da Sra. Edilene Ferreira, a coordenadora Adayse Bossolani destacou que o Grupo de Trabalho do Mergulho (GT Mergulho) foi instituído com previsão de duração de 120 a 180 dias, renovável por mais 180 dias, e que atualmente o grupo ainda se encontra no escopo da primeira etapa de funcionamento.

Ressaltou que o grupo está avançando na construção do relatório final, mas frisou que diversas novas questões foram surgindo ao longo das reuniões, principalmente sobre os apetrechos utilizados, como as marambaias, cuja discussão ainda precisa ser aprofundada. Adayse enfatizou que o debate sobre marambaias não se encerrará na reunião atual do CPG Lagosta, devendo haver tratamento técnico e multissetorial ampliado em futuras reuniões.

Ela também registrou que, na última reunião do GT, houve a ausência de representantes do MMA, o que limitou o avanço sobre alguns aspectos da conservação das espécies-alvo. Por isso, reforçou a necessidade de continuidade do grupo, com novas reuniões que aprofundem temas ainda pendentes, como os impactos ambientais, a definição de petrechos, os aspectos sociais e a segurança laboral da atividade.

Adayse finalizou lembrando que há comprometimento da Marinha do Brasil em colaborar com o grupo por meio de ações in loco, incluindo visitas técnicas às comunidades, observação da prática do mergulho e avaliação dos equipamentos utilizados, como forma de construir uma proposta de regulamentação técnica, segura e viável socialmente.

O Sr. Chicão do mel iniciou sua contribuição destacando a importância de reconhecer a trajetória histórica da pesca por mergulho, afirmando que ela já é praticada há mais de 50 anos, mesmo sem regulamentação formal, o que, por si só, sustenta a necessidade urgente de regularização. Apontou que, embora se admita a falta de dados sistematizados, a vivência das comunidades deve ser considerada como fonte legítima para subsidiar o debate. Sobre o uso de marambais, reconheceu sua relevância, mas ponderou que a ausência de normatização para esses apetrechos não pode impedir o avanço da regulamentação do mergulho. Segundo ele, é possível mergulhar sem o uso de marambais, e por isso é inadequado condicionar a legalização da pesca por mergulho à definição sobre esse instrumento.

Cláudia Zaglaga, representante do IBAMA, esclareceu que a participação das técnicas da Diretoria de Licenciamento na reunião se deu em função da competência legal daquela instância quanto ao licenciamento ambiental de estruturas lançadas no mar, como as marambais. Ela destacou que essas servidoras não atuam na fiscalização ou no uso direto dos recursos, mas sim na análise e aplicação da legislação ambiental referente ao licenciamento.

Discordando da proposta anterior de dissociar a regulamentação da pesca por mergulho da discussão sobre o uso de marambais, Cláudia afirmou que, embora tecnicamente seja possível realizar o mergulho sem esse tipo de estrutura, as operações de fiscalização recentes, especialmente no Ceará, evidenciaram um uso massivo e irregular de marambais construídas com materiais considerados perigosos, como tonéis de produtos tóxicos.

Ela reforçou que, caso a pesca por mergulho venha a ser regulamentada, será imprescindível tratar simultaneamente do uso das marambais, considerando os impactos ambientais e os riscos envolvidos. Ressaltou ainda que tais estruturas estão

sendo lançadas por embarcações autorizadas, cujos proprietários inclusive recebem subsídios como óleo diesel, o que torna ainda mais grave a utilização inadequada dos materiais. Por fim, informou que o IBAMA passará a responsabilizar e autuar os municípios que permitirem o acúmulo dessas estruturas irregulares nas orlas, uma vez que é dever das prefeituras zelar por essas áreas costeiras.

Cadu Vilaça (CONEPE) manifestou-se no sentido de propor uma abordagem mais equilibrada e realista na discussão sobre a pesca por mergulho e o uso de marambaias. Em sua fala, destacou que há uma tendência à dramatização exacerbada em relação a alguns temas, como o uso de materiais considerados tóxicos nas estruturas artificiais. Ele afirmou não ter testemunhado diretamente o uso de tonéis contaminados ou perigosos para confecção de marambaias e sugeriu que a repercussão do tema foi ampliada a partir de episódios específicos e antigos, como o da Praia do Canto Verde, que teria gerado material sensível para ONGs internacionais.

Cadu comparou a situação com o uso de veículos: mesmo com a constância de acidentes fatais, a sociedade busca formas de mitigar os riscos — como sinalização, limites de velocidade e uso de equipamentos de segurança —, e não proíbe a atividade. Da mesma forma, defendeu que o mergulho deve ser regulamentado com base na capacitação dos mergulhadores e no ensino de práticas seguras, reconhecendo que se trata, sim, de uma atividade de risco, mas como tantas outras no meio pesqueiro.

3.8 - APRESENTAÇÃO SOBRE RECIFES ARTIFICIAIS - LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28/2020 (IBAMA)

A apresentação conduzida pelas representantes do IBAMA, Letícia Nascimento e Bárbara Conceição, tratou do processo de licenciamento ambiental federal de recifes artificiais, com base na IN nº 28/2020.

Letícia iniciou informando que, no momento, não há processos ativos de licenciamento de recifes artificiais em tramitação na COMAR/IBAMA, embora alguns estados tenham tido experiências pontuais. Destacou que o assunto ainda é pouco recorrente e que muitas questões práticas ainda demandam amadurecimento.

Bárbara, por sua vez, iniciou explicando a estrutura interna do IBAMA, a competência do órgão para licenciar projetos em áreas como o mar territorial, plataforma continental, zona econômica exclusiva e unidades de conservação (exceto APAs), conforme a Lei Complementar nº 140/2011.

Ela detalhou o que é o licenciamento ambiental e o que são considerados recifes artificiais segundo a IN nº 28/2020: estruturas submersas intencionalmente

colocadas no fundo do mar com o objetivo de emular funções ecossistêmicas dos recifes naturais, como conservação da biodiversidade, recuperação de habitats, gestão de recursos pesqueiros, apoio à pesca artesanal, ecoturismo e pesquisa científica.

Foi esclarecido que não se enquadram como recifes artificiais estruturas colonizadas incidentalmente, como partes de portos, plataformas de petróleo ou dutos submersos. Também foi mencionado que a IN nº 30/2020 revogou parcialmente um artigo da IN nº 28, mas que o conteúdo normativo principal permanece vigente.

A apresentação seguiu com explicações sobre finalidades, competências, procedimentos e critérios técnicos que devem ser observados no licenciamento de recifes artificiais no Brasil. As representantes do IBAMA se colocaram à disposição para apoiar a articulação de projetos futuros e o amadurecimento institucional sobre o tema.

Seguindo para o debate, o Sr. Chicão do Mel teceu críticas contundentes à apresentação da representante do IBAMA sobre o licenciamento de recifes artificiais (IN nº 28/2020). Ele argumentou que o conteúdo apresentado está desconectado da realidade do setor pesqueiro, especialmente quanto às exigências burocráticas para regularização do uso das marambaias como estruturas artificiais.

Chicão questionou se há o mesmo rigor normativo aplicado aos covos, instrumentos de pesca que, segundo ele, são mais danosos do que as marambaias, pois permanecem à deriva e aprisionam indiscriminadamente. Ele criticou a ausência histórica de suporte técnico e normativo por parte do Estado, reforçando que as marambaias surgiram como alternativa dos pescadores artesanais frente à degradação natural dos pesqueiros – causada, segundo ele, por ações do próprio meio ambiente ou negligência governamental.

Na visão do Chicão, as exigências da IN nº 28/2020 são inviáveis para a realidade socioeconômica do pescador artesanal, representando um "banho de água fria" nos esforços de quem busca legalizar sua atividade. Ele expressou frustração com o que vê como uma criminalização de práticas de subsistência, enquanto outros setores, menos comprometidos com a sustentabilidade, seguem operando impunes.

Em resposta à crítica do Sr. Chicão, Cláudia reconheceu que as exigências podem parecer difíceis ou inviáveis, mas reforçou que devem ser compreendidas com uma visão de futuro. Enfatizou que, frente à expansão dos empreendimentos offshore, é fundamental que os pescadores se posicionem estrategicamente para garantir seus territórios marinhos por meio do licenciamento formal. Segundo ela, o licenciamento pode ser proposto individualmente ou via entidades representativas, inclusive com

apoio das indústrias exportadoras de lagosta. Cláudia concluiu reafirmando que a regulamentação busca afastar o uso de materiais perigosos e inapropriados, como carcaças e resíduos industriais, que comprometem o meio ambiente.

Bel Neves concordou com as observações de Chicão, ressaltando que as exigências apresentadas fogem da realidade dos pescadores e armadores, especialmente considerando suas limitações técnicas e financeiras. Ele destacou que o contexto apresentado é semelhante ao de grandes empreendimentos offshore, com investimentos bilionários, o que é desproporcional à realidade do setor pesqueiro artesanal. Reconheceu que a apresentação da Sra. Bárbara trouxe alternativas mais complexas e outras mais simplificadas, e questionou se seria possível adaptar essas exigências à realidade do setor, propondo a construção de uma abordagem mais viável e ajustada, com apoio efetivo dos órgãos envolvidos.

Beto Pescador (CONFREM) compartilhou uma experiência pessoal relatada por um mergulhador de sua região, destacando mudanças significativas no fundo do mar, onde antes era possível identificar os pesqueiros pela coloração. Ele mencionou que as marambaias feitas com tambores têm causado áreas desérticas no fundo, impedindo o nascimento de organismos marinhos, como as algas. Conforme o número de tambores, maior é a área impactada. Com base nesses relatos, levantou a hipótese de que a alteração ambiental local pode estar diretamente relacionada ao uso dessas estruturas e solicitou que os órgãos ambientais, em especial o Ibama, considerem a realização de um estudo para avaliar os impactos ambientais dessas marambaias.

Bárbara explicou que, conforme o princípio do poluidor-pagador, quem realiza uma atividade com potencial poluidor — como a instalação de recifes artificiais — é responsável pelos custos dos estudos e pelo licenciamento. Ressaltou que esses projetos não precisam ser individuais: podem ser propostos por grupos organizados com CNPJ. Embora o processo pareça longo, ela esclareceu que ele é necessário para garantir que o objetivo ambiental do recife seja cumprido e que os impactos sejam adequadamente monitorados. Indicou que cada projeto precisa ser analisado individualmente, a não ser que se crie uma norma específica que defina procedimentos padronizados para diferentes tipos de recifes artificiais. Assim, destacou que qualquer proposta exigirá minimamente um plano e acompanhamento para avaliar sua eficácia ambiental.

Em seguida o Sr. Hélio Santos (Colônia de Pescadores Z-17) expressou forte insatisfação com a abordagem institucional apresentada pelo IBAMA, afirmando que ela é distante da realidade do pescador artesanal. Criticou o governo por nunca ter oferecido caminhos viáveis para legalizar a pesca, mantendo o setor na ilegalidade.

Considerou impraticável para um pescador de base obter licença de uso de área marinha e classificou como inviável a expectativa de que prefeituras ou empresas assumam esse processo. Apontou contradições na norma apresentada, que por um lado parece proibir o uso de marambaias, mas por outro já traria elementos que poderiam viabilizá-las. Defendeu que, se há vontade política de liberar o uso de marambaias, o IBAMA e o órgão ambiental devem ser objetivos e indicar com clareza quais materiais são permitidos para uso pelos pescadores.

A Sra. Rochelle Cruz (CeDePESCA) parabenizou a apresentação e levantou questionamentos importantes. Primeiro, sugeriu que a marambaia poderia ser tratada como arte de pesca — como o covo, que é regulamentado por malha e material — e não como recife artificial, o que exigiria licenciamento ambiental. Questionou também o tempo médio necessário para obter um licenciamento, caso as marambaias fossem de fato enquadradas como recifes artificiais. Por fim, informou que está em andamento um projeto da UFC com a FUCAP, solicitado pela Secretaria de Pesca do Ceará, que visa desenvolver um modelo de marambaia alternativa com materiais ambientalmente adequados e duráveis. Manifestou preocupação sobre a exigência de autorização do IBAMA para testar o protótipo e levantou a dúvida sobre o risco de o modelo, mesmo tecnicamente adequado, não ser aprovado no processo de licenciamento.

O senhor Elizeu Brito (FAEP/BR) iniciou destacando que o projeto de recifes artificiais, desenvolvido há mais de 10 anos pelo Ministério da Pesca, ainda não foi efetivamente implementado. Ele mencionou que os recifes artificiais permanecem inutilizados, sem terem sido colocados em lugar algum. Diante disso, ele afirmou que atualmente não há condições para que qualquer empresa, independentemente do porte, possa requerer a implantação desses recifes.

Em seguida, destacou que, enquanto o Brasil concede empréstimos via BNDES para grandes grupos do setor offshore, o setor pesqueiro nunca recebeu esse tipo de apoio financeiro. Por isso, ele não vislumbra que tal situação venha a mudar em breve. O senhor Elizeu reforçou que existem recursos artificiais feitos na época, dentro das normas de qualidade e segurança, que até hoje não foram colocados na água. Essa situação motivou os próprios pescadores a buscarem soluções por conta própria, prática que ele concorda plenamente.

No entanto, ressaltou que as soluções e projetos atuais não são aplicáveis ao setor pesqueiro, especialmente à pesca artesanal. No caso específico da pesca de lagosta, afirmou acreditar que praticamente 100% da atividade artesanal não tem condições de seguir essa normatização para recifes artificiais.

A senhora Bárbara esclareceu que a pesquisa sobre a caracterização das marambaias ainda está em fase inicial e não há respostas definitivas até o momento. Ela informou que o processo de licenciamento ambiental varia conforme as fases exigidas, podendo demorar devido à elaboração e análise dos documentos pelos órgãos responsáveis. Ressaltou que os prazos são definidos por normativas, como a Portaria 184 do IBAMA, que estabelece prazos para análise de estudos ambientais, realização de audiências públicas e checklists. Por fim, destacou que outras questões levantadas foram relatos e não perguntas específicas.

A senhora Letícia apontou que a instrução normativa em questão não trata diretamente do licenciamento de recifes artificiais, que se difere bastante de outros tipos de licenciamento, como o de portos. Por isso, sugeriu que essa dúvida seja encaminhada ao IBAMA para uma resposta futura, já que no momento não há um posicionamento definido.

4. RECOMENDAÇÕES DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CPG LAGOSTA

A coordenadora do CPG Lagosta, Adayse Bossolani apresentou as recomendações formuladas ao longo das discussões. Ela destacou que, desde o início da sessão, todas as sugestões e propostas que foram expressamente identificadas como recomendações foram registradas e organizadas para posterior encaminhamento. Adayse ressaltou que o objetivo desse processo é garantir que as demandas levantadas pelos participantes sejam devidamente analisadas e, quando possível, encaminhadas às instâncias responsáveis para avaliação e implementação.

A coordenadora do CPG Lagosta, Adayse Bossolani, apresentou as recomendações formuladas ao longo das discussões. Ela destacou que, desde o início da sessão, todas as sugestões e propostas que foram expressamente identificadas como recomendações foram registradas e organizadas para posterior encaminhamento. Adayse ressaltou que o objetivo desse processo é garantir que as demandas levantadas pelos participantes sejam devidamente analisadas e, quando possível, encaminhadas às instâncias responsáveis para avaliação e implementação.

A **primeira recomendação** envolveu a manutenção do tamanho mínimo de captura da lagosta-vermelha (*Panulirus argus*) em 13 centímetros de comprimento total e do tamanho mínimo do cefalotórax em 7,5 centímetros, tanto para a safra de 2025 como para os anos subsequentes. Segundo Adayse, essa medida visa garantir a sustentabilidade do estoque e a proteção dos indivíduos imaturos, sendo uma ação fundamental para a conservação do recurso. O Ministério da Pesca e Aquicultura

(MPA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) ficaram responsáveis por essa demanda, com prazo para atendimento até abril de 2025.

Em seguida, Adayse apresentou a **segunda recomendação**, a de manter, para a safra de 2025, o limite máximo de captura de 6.192 toneladas de lagosta. A coordenadora reforçou que essa decisão é essencial para assegurar o equilíbrio entre a atividade econômica e a preservação dos estoques pesqueiros. Assim como na recomendação anterior, o MPA e o MMA são os órgãos responsáveis pela adoção dessa medida, também com prazo até abril de 2025.

Antes da formalização da **terceira recomendação**, houve uma proposta alternativa discutida entre os membros do CPG Lagosta, que tratava do aumento do período de pesca. O senhor Antônio Carlos, representante do PESCA BR, sugeriu a ampliação do tempo de pesca de 6 para 7 meses, argumentando que essa medida proporcionaria maior equilíbrio em relação ao seguro-defeso, atualmente fixado em cinco meses. Segundo ele, "é um absurdo pagar só cinco meses quando o pescador trabalha seis". Além disso, destacou que, diante dos sinais de recuperação do estoque do recurso, essa alteração poderia ser testada já na próxima safra, mencionando que "a própria ciência está trabalhando com testes e ajustes".

Durante a discussão preliminar que antecedeu a formalização da terceira recomendação, o professor Raul Cruz também se posicionou, reiterando que qualquer proposta relacionada ao aumento do tempo de pesca precisa ser tratada de forma técnica e responsável. De forma enfática, destacou que "a palavra é a seguinte: não se pode avançar em nenhuma mudança sem critérios, sem base técnica, sem equilíbrio. É preciso cautela para não transformar isso em uma negociação de toma lá, dá cá". Seu alerta foi no sentido de preservar a lógica de manejo sustentável, evitando decisões que possam comprometer o equilíbrio do recurso.

A senhora Lais Belsito (CONEPE) ressaltou que já havia sido solicitado que o GTC avaliasse a viabilidade de expandir a temporada de pesca. Ela destacou que a definição de quanto tempo é possível pescar com base na sustentabilidade do recurso cabe ao parecer técnico do GTC.

Na sequência, ponderou que não faria sentido o GTC eventualmente sugerir um período de pesca de 8 meses e o setor pesqueiro recusar, optando por 7 meses. Para ela, esse desalinhamento entre a recomendação técnica e a demanda do setor precisaria ser evitado. Explicou que a intenção ao discutir o aumento da temporada era otimizar o uso do limite de captura estabelecido para o ano vigente. Lembrou que, no ano anterior, esse limite não foi atingido e que seria necessário entender as causas dessa subutilização.

Posteriormente, o professor Marcelo Francisco de Nóbrega fez uma ponderação importante. Destacou que não se pode perder de vista que o período de defeso está diretamente relacionado ao ciclo reprodutivo da lagosta, sendo fundamental para garantir a manutenção dos estoques. Ele alertou que flexibilizar esse período, ampliando o tempo de pesca, poderia resultar na captura de fêmeas ovadas em grande quantidade, o que comprometeria a sustentabilidade do recurso. Marcelo reforçou que a lógica não pode ser simplesmente “trabalhar por cota”, como ocorre com outras pescarias, citando como exemplo o atum. Ressaltou que, no caso da lagosta, é indispensável respeitar o período reprodutivo.

Em seguida, de maneira bastante contundente, o senhor Cadu Villaça, representante do CONEPE, manifestou-se contrário à construção da recomendação naquele momento. Cadu ressaltou que o CONEPE se opõe formalmente à proposta, argumentando que o processo não estava seguindo a devida ordem institucional. Segundo ele, “o Grupo Técnico Científico (GTC) não participa da construção de recomendações. Nunca participou em nenhuma circunstância”.

Ele reforçou que aquele não era o momento adequado para ouvir diretamente os cientistas, mas sim para que os usuários, o governo e demais partes interessadas construíssem, a partir do acúmulo das discussões e recomendações anteriores, uma proposta a ser encaminhada ao GTC para análise posterior.

Cadu criticou que, ao invés de receber um posicionamento consolidado do GTC, o grupo foi surpreendido com uma posição não alinhada, o que, segundo ele, gerou desconforto inclusive entre membros do próprio grupo técnico. Finalizou afirmando que o tema necessita de um maior período de amadurecimento e sugeriu que a recomendação seja construída em outro momento, após mais reflexões e alinhamentos institucionais.

Na sequência, a coordenadora Adayse Bossolani fez um posicionamento enfático sobre o papel e funcionamento do Grupo Técnico Científico (GTC). Ela destacou que situações como a ocorrida naquela reunião, em que um documento foi apresentado em nome do GTC, mas assinado por apenas um de seus membros, não podem mais se repetir.

Adayse reforçou que o GTC precisa se manifestar de forma coletiva, com a participação de todos os seus integrantes e a assinatura conjunta em seus pareceres técnicos. Deixou claro que, caso retorne ao CPG um documento em nome do GTC, mas sem essa formalização coletiva, esse documento será considerado como manifestação individual, não representando oficialmente o grupo.

Ressaltou que qualquer pesquisador pode, sim, enviar seus pareceres individuais diretamente ao CPG. No entanto, o GTC, enquanto grupo portariado, existe por razões legais e institucionais e deve cumprir esse papel de forma adequada e formal.

Por fim, sobre a terceira recomendação, a coordenadora Adayse Bossolani esclareceu que não houve consenso na plenária. Ela informou que o registro da solicitação está em ata, gravado e documentado, e que o tema poderá ser retomado na próxima reunião. Adayse reforçou que existe uma coordenação justamente para conduzir os trabalhos do GTC e que não cabe ao CPG interferir no nível técnico do grupo, salvo quando há evidências claras de problemas no processo.

Mencionou que, na última reunião que antecedeu essa sessão do CPG, foi acordado coletivamente que o GTC deveria apresentar um parecer até determinada data. Contudo, esse parecer foi enviado assinado apenas por um dos membros, o que descaracteriza a posição formal do grupo. Ela destacou que situações como essa precisam ser evitadas e que o GTC deve se atentar à importância de apresentar pareceres assinados por todos os seus integrantes.

Por fim, reforçou que as recomendações no âmbito do CPG são construídas a partir da plenária, quando há consenso, e que todo esse processo está respaldado nas portarias que regem a Rede Pesca Brasil e o funcionamento dos CPGs.

Na sequência, o senhor Diogo Nunes, representante da DIPI/SNPA, sugeriu uma alternativa. Ele propôs que, ao invés de simplesmente construir uma recomendação sobre o aumento do período de pesca, o CPG poderia formalizar uma provocação direcionada ao GTC.

Segundo ele, essa provocação teria como objetivo solicitar que o grupo técnico apresente um novo parecer, mais robusto e devidamente validado. Diogo ponderou que essa seria uma forma institucional de conduzir o tema, prevenindo situações como a que ocorreu nesta reunião.

Após toda a discussão, a proposta anterior foi suprimida. Ficou estabelecida como terceira recomendação, conforme apresentado pela coordenadora Adayse Bossolani, a realização de uma reunião técnica entre os membros do CPG Lagosta e a Secretaria Nacional de Pesquisa, Monitoramento e Estatística (SERMOP). O objetivo é esclarecer dúvidas e questões operacionais relativas ao PROPESC, que é um instrumento essencial para o controle e a gestão da atividade. Essa ação ficou sob responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), com prazo até maio de 2025.

Posteriormente, como **Recomendação 04/2025**, Adayse destacou a importância de se convocar uma reunião extraordinária do CPG Lagosta para discutir as exigências e implicações relacionadas ao desembarque, transporte, recebimento e processamento de lagosta viva, seja inteira ou em cauda. A proposta inclui analisar os aspectos legais, comerciais e de fiscalização, devendo, para tanto, contar com a participação do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O MPA será o responsável por articular essa reunião, que deverá ocorrer até junho de 2025.

A **quinta recomendação** apresentada diz respeito ao envio, ao Grupo Técnico Científico (GTC), de uma solicitação para que seja avaliada a possibilidade de autorizar a saída de embarcações à vela um mês antes do período atualmente permitido. Adayse explicou que essa demanda surge da necessidade de atender características específicas desse segmento da frota artesanal. A responsabilidade pela análise e resposta recai sobre o MPA, MMA e o próprio GTC, devendo ser apreciada na próxima reunião ordinária do CPG Lagosta.

A **sexta recomendação** tratou da necessidade de serem apresentadas alternativas para transformar o peixe-leão em recurso pesqueiro. Adayse ressaltou que essa iniciativa pode contribuir tanto para a mitigação dos impactos ambientais causados por essa espécie invasora como para a geração de renda aos pescadores. A responsabilidade pelo desenvolvimento dessas propostas será do MPA e do MMA, que deverão apresentar encaminhamentos na próxima reunião ordinária.

Além disso, sobre a **Rec 07/2025**, Adayse informou que foi sugerido solicitar uma apresentação dos encaminhamentos do Grupo de Trabalho sobre o Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (GT PREPS) durante a próxima reunião do Conselho Nacional da Pesca e Aquicultura (CONAPE). Essa ação tem por objetivo ampliar a transparência e o acompanhamento das ações relativas ao monitoramento da frota. O MPA será responsável por esse encaminhamento, com prazo até a próxima reunião do CONAPE.

Por fim, no que concerne a **Rec 08/2025**, a coordenadora destacou a importância de levantar informações e promover uma discussão abrangente sobre os acidentes na pesca e as doenças ocupacionais, com foco especial na frota lagosteira. A proposta visa identificar os principais riscos enfrentados pelos trabalhadores e buscar medidas para melhorar as condições de saúde e segurança no setor. Essa demanda ficará sob responsabilidade do MPA e deverá ser debatida na próxima reunião ordinária do CPG Lagosta.

No final, a coordenadora Adayse Bossolani reforçou a importância dessas recomendações e destacou que os prazos para implementação foram definidos para

garantir avanços concretos na gestão pesqueira. As próximas reuniões do CPG Lagosta servirão para acompanhar a execução dessas medidas e avaliar possíveis ajustes conforme necessário.

5. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO PARA AS PRÓXIMAS REUNIÕES DO CPG LAGOSTAS 2025

Após finalizações das recomendações, a Coordenadora Adayse Bossolani abriu a discussão para definição do local e data das próximas reuniões do CPG. Ficou previsto que será realizada uma reunião extraordinária com foco no tema “Desembarque da Lagosta Viva” no mês de junho de 2025. Essa reunião ocorrerá de forma híbrida, com possibilidade de participação on-line e encontros presenciais nas cidades de Natal (RN) e Vitória (ES). Já a próxima reunião ordinária do Comitê foi agendada para outubro de 2025, com realização prevista nas cidades de Fortaleza (CE) e Bragança (PA).

6. ENCERRAMENTO

A Coordenadora do CPG Lagosta, Sra. Adayse Bossolani, agradeceu a presença de todos, destacando a importância da retomada desse espaço de discussão e que a reunião apontou temas e encaminhamentos importantes. Em seguida, declarou encerrada a 5ª Sessão Ordinária do CPG Lagosta, cumprimentando os participantes.

Tabela 01. Recomendações da 5ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável das Lagosta - CPG LAGOSTAS da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, ocorrida de forma mista pela plataforma Microsoft Teams, nos dias 03 e 04 de abril de 2025, em Brasília (DF).

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 1/2025: Manter o tamanho mínimo de captura da lagosta-vermelha (<i>Panulirus pargus</i>) em 13 cm de comprimento total e o tamanho mínimo do cefalotórax em 7,5 cm, para a safra de 2025 e anos subsequentes.	MPA e MMA	Abril/2025
REC 2/2025: Manter o Limite de captura de 6.192t para a safra de 2025.	MPA e MMA	Abril/2025

<p>REC 03/2025: Convidar os membros do CPG Lagosta para uma reunião técnica com a SERMOP com o intuito de esclarecer o PROPESC.</p>	<p>MPA</p>	<p>Maio/2025</p>
<p>REC 04/2025: Convocar reunião extraordinária do CPG Lagosta para debater sobre as exigências e implicações do desembarque, transporte, recebimento e processamento de lagosta viva, inteira ou cauda, considerando aspectos legais, comerciais e de fiscalização, convocando o MAPA para as discussões</p>	<p>MPA</p>	<p>junho/2025</p>
<p>REC 05/2025: Enviar ao GTC solicitação de avaliação quanto a possibilidade de autorizar a saída de embarcações à vela um mês antes do período previsto atualmente.</p>	<p>MPA, MMA e GTC</p>	<p>Próxima reunião ordinária</p>
<p>REC: 06/2025: Apresentar possibilidades para transformar o peixe leão em recurso pesqueiro.</p>	<p>MPA e MMA</p>	<p>Próxima reunião ordinária</p>
<p>REC 07/2025: Solicitar apresentação de encaminhamentos do GT PREPS na próxima reunião do CONAPE.</p>	<p>MPA</p>	<p>Próxima reunião do CONAPE</p>
<p>REC 08/2025: Levantar informações e discutir os acidentes na pesca e doenças ocupacionais de maneira ampla, com foco na frota lagosteira.</p>	<p>MPA</p>	<p><u>Próxima reunião ordinária</u></p>

*Trata-se do prazo para dar início às tratativas